



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO**

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Modo de Disputa: **ABERTO/FECHADO**

Planejamento: 317/2022

Licitação com lote(s) aberto (s) à ampla concorrência e lote (s) reservado(s) à ME e EPP e equiparados para os benefícios do Decreto Estadual nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006

Objeto: Registro de Preços para aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ n.º _____, retirou Edital de Pregão nº _____ e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail: _____.

_____ aos _____ / _____ / _____.

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CPL/DEFENSORIA PÚBLICA PELO E-MAIL: compras@defensoria.mg.def.br PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÍNDICE

01. PREÂMBULO	03
02. DO OBJETO	03
03. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES	04
04. DO PEDIDO DE ESCLARESC. E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO... ..	04
05. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	05
06. DO CREDENCIAMENTO	07
07. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	08
08. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO	11
09. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA	16
10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO	16
11. DOS RECURSOS	21
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22
13. DO REGISTRO DE PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO	22
14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	23
15. DA VIGÊNCIA DA ATA	24
16. DA CONTRATAÇÃO	24
17. DA SUBCONTRATAÇÃO	25
18. DO PAGAMENTO	25
19. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA, GARANTIA E VALIDADE DAS PROPOSTAS	26
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	26
21. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD	28
22. DISPOSIÇÕES GERAIS	30
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	32
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	47
ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES	51
ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE PREÇO	54
ANEXO V - MINUTA DA ATA DE PREÇO	58

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. PREAMBULO

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua Guajajaras nº 1.707, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP 30.180-099, torna pública a abertura do Planejamento nº 317/2022 para Registro de Preço na modalidade pregão eletrônico do tipo **MENOR PREÇO**, no modo de disputa **ABERTO/FECHADO** em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, nos termos da **Lei Federal** nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual** nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e do **Decreto Estadual** nº 48.012, de 22 de julho de 2020 e nº 46.311 de 16 de setembro de 2013.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar** nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais** nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais** nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, Decreto nº 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, pela, aplicando-se subsidiariamente, a **Lei Federal** nº **8.666**, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados na Resolução nº 1074/2022 da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

1.1.1. A sessão de pregão terá início no dia **29 de novembro de 2022**, às **10:00 horas**. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.2. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

02. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

03. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 . Gerenciadora:

3.1.1. A gerenciadora será a **DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS** por intermédio da Diretoria de Informação e Dados.

3.2. Órgãos Participantes:

3.2.1. Não haverão outros órgãos/entidades participantes da presente ata.

04. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>. ou, via e-mail compras@defensoria.mg.def.br.

4.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

4.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

4.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

4.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um email de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

4.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

4.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

4.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

05. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.

5.1.1. A participação no **lote 01** da presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018;

5.1.1.1. Para fins de comprovação do porte do fornecedor deverá ser observado o disposto no item 6.6 deste edital.

5.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

5.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

5.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

5.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

5.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR as empresas que:

5.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

5.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

5.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

5.4.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.8. Empresas reunidas em consórcio.

5.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 5.6.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do anexo III do Edital:

5.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

5.7.2. que está ciente e das condições contidas no Edital e seus anexos;

5.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

06. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

6.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

6.5. Informações complementares a respeito do cadastramentoserão obtidas no site **www.compras.mg.gov.br** ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: **cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br** com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

6.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 5.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

6.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

07. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

7.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

7.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

7.11. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.11.1. Valor unitário e total do item

7.11.2. Marca;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.11.3. Modelo;

7.11.4. Anexar em PDF arquivo contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes;

7.11.5. Devem ser anexadas informações para a avaliação da proposta inicial constante de folder, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente para os bens ofertados.

7.11.6. Conforme alerta durante o cadastramento da proposta, não é permitido vincular arquivo(s) que contenha(m) qualquer tipo de identificação do fornecedor.

7.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.13. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

7.13.1. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

7.14. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que forem isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 2002, deverão informar na proposta, conforme anexo presente no Portal de Compras, os valores com e sem ICMS que serão classificados conforme itens abaixo.

7.14.1. Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, as informações relativas ao produto e ao preço resultante da dedução do ICMS, conforme Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003, alterada pela Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 4.670, de 5 de junho de 2014.

7.14.2. A classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, o registro dos preços e a homologação serão realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

7.14.3. Os fornecedores mineiros não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme as disposições contidas nos subitens 7.14.1. e 7.14.2.

7.14.4. O disposto nos subitens 7.14.1 e 7.14.2. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

7.14.5. Os fornecedores mineiros de que trata o subitem 7.14.4 deverão anexar às suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do **site:** <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7.14.6. O fornecedor mineiro isento de ICMS, caso seja vencedor, deverá enviar, quando solicitado pelo Pregoeiro, via chat, após a negociação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.

08. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.

8.2.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

8.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

8.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00, para o(s) lote(s).**

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.10. Encerrando o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores de até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.11. Após o término dos prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará os lances conforme sua vantajosidade.

8.11.1. Na ausência de lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18 Do empate ficto

8.18.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

8.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19. Do empate real

8.19.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.19.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.19.2.1. no país;

8.19.2.2. por empresas brasileiras;

8.19.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.19.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.22. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.22.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, apurado de acordo com o Anexo II - Proposta Comercial.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.22.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

8.22.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta legalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

8.22.2.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.22.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.22.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.22.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.22.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.22.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.22.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste Edital.

8.22.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

09. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

9.1. Não será necessária a apresentação de amostra.

10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CAGEF;

b) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à

Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;

c) CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalconpras/fornecedoresimpedidoscon.do>;

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de horas 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.7.1 Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo II - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo III - Modelos de Declarações.

10.7.1.1 Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

10.7.2 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.7.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

10.7.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.7.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.7.6 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.7.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

10.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

10.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser emitida pelo site www.fazenda.mg.gov.br.

10.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

10.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

10.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

10.10. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

10.10.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.10.1.1. Constando do CRC qualquer documento com o prazo de validade vencido, será assegurado ao fornecedor o direito de encaminhar o documento via e-mail, no prazo máximo informado no item 10.3

10.10.1.2. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

10.10.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

10.10.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

10.10.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

10.10.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.10.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

10.10.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

10.10.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.10.4. Não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

10.10.5. Aos beneficiários listados no item 5.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.10.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.10.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

11. DOS RECURSOS :

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

compras@defensoria.mg.def.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 11.1.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DO REGISTRO DO PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

13.2. O Pregoeiro registrará o preço do licitante vencedor quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

13.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.4. Todos os participantes estão convidados e incentivados a realizarem o registro adicional de preços para compor o cadastro de reserva, mesmo que não tenham sido vencedores dos lotes disputados, seguindo a ordem de classificação e desde que manifestem esta intenção ao final da sessão de lances e aceitem fornecer nas mesmas condições e preço do licitante vencedor docertame.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

13.4.1. Os licitantes que desejarem ter seus preços registrados deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação da condição de habilitação em pleno atendimento das condições deste edital.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Os licitantes classificados que manifestarem a intenção de registrar preços, para compor o Cadastro de Reserva à Ata de Registro de Preços, terão suas propostas e documentação de habilitação analisadas e, para tal, deverão encaminhar os referidos documentos, conforme disposto no item 7 do edital.

14.2. O registro adicional de preços em Ata estará condicionado à análise e aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação.

14.3. A convocação dos licitantes que registraram seus preços adicionais, para compor o cadastro reserva, respeitará a ordem de classificação constante da ata e ocorrerá, sucessivamente, sempre que seja cancelado ou suspenso o registro do preço do beneficiário da ata.

14.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à **assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços**, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.4.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados, preferencialmente, de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

14.4.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

14.4.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimentosei@planejamento.mg.gov.br.

14.4.1.3. A realização do cadastro como UsuárioExterno no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14.5. O prazo previsto para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.6. O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, na forma do art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

14.7. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

15. DA VIGÊNCIA DA ATA

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Publicada a ata, a contratação será formalizada por instrumentos hábeis, tais como termo de contrato, autorização de fornecimento, ou documento equivalente, sendo o fornecedor convocado para aceitar ou retirar o documento, de acordo com os arts. 62 e 64 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda, obedecidas as disposições pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

16.1.1. O fornecedor detentor do preço registrado, na contratação, deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação.

16.1.2. Caso o fornecedor detentor do preço registrado não apresente situação regular no ato da emissão do termo de contrato, autorização de fornecimento, ou documento equivalente, não compareça quando convocado ou não retire o documento no prazo estipulado, será cancelado seu registro na ata e convocados os fornecedores registrados com base nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 e, não os havendo, os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, conforme item 14.7.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

16.1.3. É facultado à Administração, quando o convocado não aceitar ou retirar o termo de contrato, autorização de fornecimento, ou documento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.2. O representante legal do licitante que tiver registrado em ata a proposta vencedora deverá aceitar ou retirar o termo de contrato, autorização de fornecimento, ou documento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, § 2º do Decreto Estadual nº 48.012/ 2020.

16.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para aceitar ou retirar o termo de contrato, autorização de fornecimento, ou documento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE. Para os demais participantes, o pagamento será realizado a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, de acordo com normativo próprio a que se sujeita, mantendo-se os prazos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

18.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

18.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da NotaFiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional daNF-e.

18.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

18.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

18.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

18.1.6. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais, que não estiverem previstos neste Instrumento.

18.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

18.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

19. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA, GARANTIA E VALIDADE DAS PROPOSTAS

19.1. Será de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.1.1. Advertência por escrito;

20.1.2. Multa de até:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

20.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

20.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

20.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

20.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

20.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

20.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 20.1.1, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5.

20.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

20.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

20.7. As sanções relacionadas nos itens 20.1.3 a 20.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

20.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

20.8.1. Retardarem a execução do objeto;

20.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

20.8.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

20.8.4. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

20.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21– DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS – LGPD

21.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

21.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

21.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

21.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

21.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

21.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

21.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

21.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

21.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

21.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

21.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

21.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

21.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

22.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

22.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

22.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução doprocesso.

22.6. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

22.8. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

22.9. Informações complementares que visam a obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário das **9h** às **11h30min** ou das **13h30min** às **16h30min**, de segunda a sexta-feira, por escrito, pelo **e-mail:** compras@defensoria.mg.def.br.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022

Bárbara de Araújo Meireles
Pregoeira

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Modo de Disputa: **ABERTO/FECHADO**

Planejamento: 317/2022

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas neste documento.

2. DA QUANTIDADE

LOTE	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIAD
01	07	UN	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO – 12 meses	102121
02	10	UN	LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD - TODOS APPS(Photoshop, Ilustrador, InDesign, Acrobat Pro, Dimension, InCopy, Spark, Bridge, Capture, Dreamweaver, Animate, Lightroom, Premiere Pro, After Effects, Audition, Character Animator, SpeedGrade, Media Encoder, Prelude, Story Plus, Flash Professional, Flash Builder, Encore, Muse, Edge Reflow, Edge Code,	94846

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

			Edge Inspect, In Script, Extension Manager, ExtendScript Toolkit). – 36 meses	
03	40	UN	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE – ULTIMA VERSAO - 12 meses	111902
04	52	UN	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM – 24meses	121916
05	52	UN	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP - 24meses	121991
06	06	UN	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD – 16 core	114200
07	20	UN	LICENÇA VMware vSphere Enterprise Plus 7 -com 36 meses	121479
07	20	UN	LICENÇA VMware vRealize Operations Standard – com 36 meses	101052
07	01	UN	VMware vCenter Server 7 – 36 meses	121460

2.1. Caso à época da contratação o fabricante tenha lançado nova versão, ou simplesmente alterado a nomenclatura do produto, a CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE a nova versão do software, compatíveis em funcionalidades e em iguais condições de contratação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2. O software Microsoft Windows Server deverá ser ofertado na versão standard, em sua última versão comercializada.

3. DOS LOTES

3.1. **LOTES 01, 02, 03, 04, 05 e 06:** os itens foram divididos em lotes tendo em vista propiciar a ampla participação de licitantes.

3.2. **LOTE 07:** de ampla disputa entre fornecedores de mercado.

3.2.1 O agrupamento dos itens no Lote 07, justifica-se por tratar-se do mesmo fabricante e não trabalhar a competitividade entre os fornecedores. A realização total dos serviços por empresa única, considerando que são licenças inter-relacionadas, cujo fracionamento poderia comprometer a qualidade dos resultados esperados, possibilita maior agilidade e melhor execução, eliminando a possibilidade da existência de conflitos entre prestadores de serviços e entre as soluções apresentadas.

3.3. O lote 1 será exclusivo para participação de microempresas.

4. DAS JUSTIFICATIVAS

4.1 DA AQUISIÇÃO DAS LICENÇAS

4.1.1 **AXURE RP 9 PRO** é uma ferramenta de criação de diagramas de fluxo, wireframes, protótipos navegáveis com integração com especificação, utilizado para especificações de aplicações web, mobile e websites. O software se destaca pela facilidade de uso e possibilitando criações de *templates* conforme a arquitetura de engenharia de software, utilizada com base nas necessidades de cada projeto viabilizando o negócio e possibilitando o entendimento para o desenho arquitetural da solução, com especificações automáticas pré configuráveis, simulações de ideias fielmente como esperado a aplicação com rapidez, permitindo apresentar comunicação de ideias mais claras, design mais eficiente, economia de tempo com documentação e multicolaboração on-line.

A escolha pelo Axure RP 9 PRO se dá pelo fato de ser a única ferramenta de prototipagem navegável existente para o mercado dos sistemas operacionais Windows/Linux/IOS com apresentações das criações em UI e UX, de modo que a utilização das licenças que se objetiva

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

adquirir seja de uso exclusivo da equipe de desenvolvimento conforme especificado 03 (três) Analistas de negócio, 02 (dois) Analista de qualidade, 01 (um) Analista funcional e 01 (um) Diretor de Desenvolvimento de Sistema e Projetos.

4.1.2 INTELLIJ IDEA ULTIMATE é um ambiente de desenvolvimento integrado profissional, criado para desenvolver aplicações na tecnologia Java entre outras linguagens de programação. Esse ambiente permite ao desenvolvedor realizar tomadas de decisões com maior eficiência através do uso de inteligência artificial e suporte às novidades da linguagem Java.

A escolha da ferramenta se justifica pelas características existentes na mesma que os demais softwares não oferecem. Traz um custo mais vantajoso para a administração pública, uma vez que já é utilizado pela Instituição dispensando tempo de aprendizado e capacitação. Outro ponto relevante para a ferramenta é a compatibilidade com Flutter, tecnologia utilizada no desenvolvimento dos aplicativos da DPMG.

Define-se o quantitativo visando possibilitar uma entrega gradual dos sistemas e aplicativos que estão sendo desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos e atuais projetos. A contratação faz-se necessária como base o quadro funcional de programadores, analistas e a cobertura dos serviços que a Defensoria tem disponibilizado ao público geral.

4.1.3 WEBSTORM / JetBrains é o IDE JavaScript mais inteligente para desenvolvimento web. Um ambiente de desenvolvimento integrado para JavaScript e tecnologias relacionadas que traz a redução do tempo de entregáveis(sistemas/aplicações) para Instituição.

Define-se o quantitativo visando possibilitar uma entrega gradual dos sistemas e aplicativos que estão sendo desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos e atuais projetos. A contratação faz-se necessária como base o quadro funcional de programadores, analistas e a cobertura dos serviços que a Defensoria tem disponibilizado ao público geral.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1.4 DATAGRIP/ JetBrains é um ambiente de banco de dados multimecanismo, ou seja, vários bancos de dados, uma só ferramenta. Um relevante plu-in de banco de dados usado no software IntelliJ IDEA Ultimate, ferramenta utilizada na Instituição. Propicia uma redução no tempo de entregáveis(sistemas/aplicações) para Instituição.

Define-se o quantitativo visando possibilitar uma entrega gradual dos sistemas e aplicativos que estão sendo desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos e atuais projetos. A contratação faz-se necessária como base o quadro funcional de programadores, analistas e a cobertura dos serviços que a Defensoria tem disponibilizado ao público geral.

4.1.5 ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAM é uma ferramenta de alta performance utilizado por Designers de todo mundo. Os programas são necessários por possuírem inúmeras ferramentas de trabalho que inexitem em outros programas de outras marcas. Os softwares da Adobe são programas completos e a sua variedade de ferramentas proporciona melhor execução dos projetos gráficos produzidos pela ASCOM e DDSP/STI, que já possui domínio e uma cultura sedimentada na ferramenta, e são compatíveis com a Instituição que executam desenvolvimento gráfico, sendo esses softwares a plataforma padrão da indústria gráfica. Tais programas mantêm a qualidade das impressões nos quesitos: tamanho (centimetragem), fidelidade de cores e resolução na impressão; da mesma forma, proporcionam alta qualidade na execução de materiais digitais, também produzidos pelos profissionais de marketing digital da Defensoria Pública/MG e analistas em *User Experience (UX)* quanto *User Interface (UI)*.

Importante ressaltar que a quantidade de licenças de uso do software gráfico se faz necessária pelas seguintes razões: mão de obra já treinada da Ascom e DDSP/STI nos softwares a serem adquiridos; compatibilidade total e exclusiva dos softwares com os milhares de arquivos disponíveis no banco de dados da Ascom e DDSP/STI.

São arquivos de todas as peças de comunicação de todos os eventos e projetos da Defensoria Pública e da Escola Superior e que foram criados usando-se esses mesmos softwares ao longo de mais de 10 anos, e a cujas peças publicitárias e jornalísticas os profissionais do setor precisam recorrer diariamente para atualizações periódicas em novas edições (exemplo: revista, boletim,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

eventos anuais da Instituição e similares; d) para atender às crescentes demandas repassadas à Ascom pela Administração Superior e demais áreas da DPMG na Capital e Interior, a fim de executar criação, elaboração e produção de peças gráficas destinadas à impressão gráfica, e peças digitais destinadas ao site eletrônico internet da Defensoria Pública ou às redes sociais; e) para atender às solicitações de parceiros quanto à identidade visual: criação de boletins, revista e informativos; placas de sinalização, identificação e inauguração; f) para a criação, elaboração e produção de peças para eventos específicos: pastas, crachás, pequenos manuais, informativos, certificados, banners, cartazes e outros materiais da identidade visual da DPMG; g) para a criação de banners digitais, manutenção/atualização de arquivos existentes e peças gráficas; h) para a criação e elaboração da agenda/calendário anual da DPMG com produção em grande escala; i) para atender as crescentes demandas da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) na produção de cartazes, folders, convites, planejamentos de eventos, produção de certificados e demais demandas diárias; j) para atender à produção de conteúdos destinados às redes sociais da Instituição – Facebook, Instagram, Youtube, Twitter e Whatsapp; k) para a produção e edição de vídeos e apresentações profissionais, todas realizadas pelo profissional de marketing digital da Defensoria Pública/MG.

Os programas solicitados são ferramentas de trabalho cujas funcionalidades são indispensáveis para a criação jornalística/publicitária e integração no desenvolvimento de sistemas, para atender a todas as demandas, tanto do Gabinete da Defensoria Pública Geral, quanto dos coordenadores regionais e locais das unidades da DPMG na capital e no interior.

4.1.6 LICENÇA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER STANDARD/16 CORE é responsável por toda a base de usuários de acesso à rede da Instituição, inserida no serviço de Diretórios da Empresa Microsoft conhecido como Active Directory, que entre outras coisas, faz autenticação e autorização de recursos como compartilhamentos, administração centralizada da segurança, acesso à rede wireless da sede e ao Portal de Serviços Gerais, bem como os serviços Windows Server, que será responsável pela implementação de imagens e backup dos desktops/sistemas das unidades da Defensoria em todo Estado de Minas Gerais.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A quantidade de 06 (seis) unidades de licenças a serem adquiridas é adequada para acompanhar a expansão da infraestrutura tecnológica da DPMG, contemplando a aquisição dos novos servidores de rede.

4.1.7 LICENÇA VMWARE VSPHERE ENTERPRISE PLUS WITH OPERATIONS MANAGEMENT E VMWARE VCENTER SERVER

A licenças são para utilização de criação de estações de trabalho virtuais e possibilita que a estação de trabalho execute em um ambiente de virtualização e possa ser acessada a partir de diversos dispositivos a partir da rede local ou da internet.

As licenças serão utilizadas, visando mitigar o risco de indisponibilidade em serviços críticos da STI hospedados na infraestrutura virtualizada, decorrentes de falhas ou problemas de segurança oriundos da ferramenta de virtualização adotada, e visando adotar as versões mais atuais dessa ferramenta, buscando melhor desempenho e funcionalidades de gerenciamento mais abrangentes.

Procura-se com o quantitativo desta aquisição das licenças VMware, atender a ampliação do parque tecnológico e garantia de atualizações com suporte, e habilitar servidores que se encontram inativos no data center por falta de licenciamento de máquina virtuais.

5. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Fica definido que a Gestão desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo do servidor responsável pela chefia da Diretoria Compras e Contratos da Defensoria Pública de Minas Gerais.

6. DA NÃO PERMISSÃO DE ADESÃO OU CARONA DE OUTROS ÓRGÃOS

6.1 Define-se que não serão aceitas Adesões ou Caronas nesta Ata. Justifica-se o motivo do não envio de convite aos órgãos e entidades do Poder Executivo para participarem do RP, pelo fato da estrutura organizacional reduzida da Defensoria Pública não possuir servidores para gerenciamento amplo, com adesões e caronas, em uma Ata de Registro de Preço, uma vez que tais adesões ou caronas impactariam em aumento da complexidade e demandas nas execuções das atividades regulares dos setores envolvidos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7. DA MODALIDADE

7.1 Conforme disposto no art. 1º do Decreto Estadual nº 48.012/2020, a aquisição de bens e de serviços comuns será precedida, obrigatoriamente, de licitação pública na modalidade de pregão, preferencialmente eletrônico, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.167/2002.

7.2 O critério de aceitação das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 10.520/2002 e do art. 2º da Lei Estadual 14.167/02.

9. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

9.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 2.323.484,11 (dois milhões, trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e onze centavos), conforme estimativa de preços a seguir:

Itens	Quantidade	Estimativa em R\$ (unitário)	Estimativa Total em R\$
Subscrição de licença de software Axure RP PRO – 12 meses	07	2.833,33	19.833,31
Licença de software Adobe Creative Cloud, última versão – 12 meses	10	17.680,00	176.800,00
Subscrição de licença software IntelliJ Idea Ultimate – última versão - 12 meses	40	4.585,32	183.412,80
Subscrição de licença software DataGrip/JetBrains – última versão - 24 meses	52	3.200,00	166.400,00

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Subscrição de licença software WebStorm/ JetBrains – última versão - 24 meses	52	2.500,00	130.000,00
Licença de uso perpetuo de software Microsoft Windows Server 2022 Standard – 16 core	06	10.221,00	61.326,00
LICENÇA VMware vSphere Enterprise Plus 7 -com 36 meses	20	52.801,00	1.056.020,00
LICENÇA VMware vRealize Operations Standard – com 36 meses	20	22.358,00	447.160,00
VMware vCenter Server 7 – com 36 meses	01	82.532,00	82.532,00

10. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

10.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os equipamentos de forma independente.

11. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

11.1. Não será necessária a apresentação de amostra.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado, exceto para os serviços de entrega, assistência e manutenção técnica. Caso os serviços de entrega, assistência e manutenção técnicas sejam, por força de previsão legal ou contratual, de responsabilidade de terceiro, a CONTRATADA será solidariamente responsável pelos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

mesmos, respondendo, assim, por eventuais falhas, defeitos ou danos decorrentes da mencionada prestação de serviços.

13. DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS

13.1 DAS LICENÇAS

13.1.1 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças. Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

13.2 DA GARANTIA

13.2.1 O fornecedor deve oferecer prazo de garantia compatível com o prazo de vigência das licenças, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

13.2.2 Constatada a necessidade de troca do produto no ato do recebimento, ela deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação do defeito/reparo à Contratada feita pelo Contratante.

13.2.3 A Contratada deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o Contratante.

14. DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

14.1 O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

14.2 Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

14.3 Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15. DO LOCAL DE ENTREGA

15.1 A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

16. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados:

16.2 Para a Gestão da contratação, o Diretor de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos;

16.3 Para a Fiscalização da contratação, o Diretor de Informação de Dados, sendo este o Agente Fiscalizador.

16.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Agente Fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

16.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, tal como definido pela lei civil.

16.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso ele afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

16.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

16.8 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

17. DO CONTRATO

17.1 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com os art. 62, da Lei 8.666/93 e art. 4º, XXI, da Lei 10.520/2002.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17.2 O Contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

17.3 A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico durante a vigência contratual;

17.4 A definição de atualização para os tipos de licenciamento se faz necessária tendo em vista que é prática de mercado, ao contratar uma subscrição, o fornecimento das versões mais atualizadas do software contratado, diferente do caso de softwares perpétuos que as atualizações são referentes a correções eventuais no sistema;

17.5 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao objeto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças do pacote de software gráfico. Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

17.6 O Fornecimento de novas versões e releases não acarretará quaisquer ônus adicionais a CONTRATANTE durante a vigência contratual;

17.7 A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE toda e qualquer atualização lançada pelo Fabricante, com detalhamento técnico;

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão das notas fiscais e o recebimento definitivo das licenças pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. **18.2** Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.

18.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 O fornecedor habilitado em 1º lugar deverá fornecer as licenças conforme especificação contida no anexo 1 deste Termo de Referência, a contar da data da Ordem de Serviço.

19.2 Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

19.3 Entregar os softwares com as respectivas mídias e/ou link para Download, bem como as licenças de uso nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

19.4 Entregar os softwares no local indicado neste Termo de Referência.

19.5 Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a DPMG, os produtos devolvidos em razão de divergências entre a Licença entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

19.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

19.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela DPMG, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

19.8 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

19.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à DPMG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da contratada, após a entrega do objeto e recebimento definitivo.

20.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

20.3 Rejeitar os objetos que não atendam aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo.

20.4 Supervisionar a execução do objeto por intermédio do representante designado pela CONTRATANTE.

20.5 Notificar por escrito à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades constatadas no cumprimento do objeto.

21. SANÇÕES

21.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.1.1. Advertência por escrito;

21.1.2. Multa de até:

21.1.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

21.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

21.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

21.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

21.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

21.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

21.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 21.1.1, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5.

21.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

21.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

21.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da

CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

21.7. As sanções relacionadas nos itens 21.1.3 a 21.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

21.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

21.8.1. Retardarem a execução do objeto;

21.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

21.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

21.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2022.

Leonardo Bruno Possa Andrade

Diretor de Informação e Dados

Superintendência de Tecnologia da Informação

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Modo de Disputa: ABERTO/FECHADO

Planejamento: 317/2022

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS					
Planejamento: 317/2022					
(Preenchida em papel timbrado do proponente)					
Razão Social					
CNPJ					
Endereço / Telefone/ e-mail					
Nome do Representante Legal					
Identidade / CPF do Representante Legal					
LOTE 01					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO – 12 meses	07			
LOTE 02					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD - TODOS APPS(Photoshop,	10			

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

	Ilustrador, InDesign, Acrobat Pro, Dimension, InCopy, Spark, Bridge, Capture, Dreamweaver, Animate, Lightroom, Premiere Pro, After Effects, Audition, Character Animator, SpeedGrade, Media Encoder, Prelude, Story Plus, Flash Professional, Flash Builder, Encore, Muse, Edge Reflow, Edge Code, Edge Inspect, In Script, Extension Manager, ExtendScript Tollkit). – 36 meses				
LOTE 03					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE – ULTIMA VERSAO - 12 meses	40			
LOTE 04					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM – 24meses	52			
LOTE 05					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP - 24meses	52			
LOTE 06					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD – 16 core	06			
LOTE 07					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	LICENÇA VMware vSphere Enterprise Plus 7 -com 36 meses	20			
2	LICENÇA VMware vRealize Operations Standard – com 36 meses	20			
3	VMware vCenter Server 7 – 36 meses	01			
LOTE 08					
Item	Descrição	Quant./ Unidade	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	Notebook software WIN PRO OEM, MS OFFICE OEM - demais especificações técnicas contidas no Anexo I, Termo de Referência do Edital de Licitação.	150			
VALOR TOTAL				R\$	



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	60 (SESSENTA) DIAS
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento.	
DATA: ____/____/2022.	ASSINATURA:_____.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Modo de Disputa: **ABERTO/FECHADO**

Planejamento: 317/2022

ANEXO III – MODELO DAS DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ declara sob as penas da Lei que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços – Planejamento n.º 167/2022, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2022.

Identificação do Declarante

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DE MENORES

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2022.

Identificação do Declarante

DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei, que esta ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e seus anexos.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2022.

Identificação do Declarante

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018 A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 5.3 deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 2018.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2022.

Identificação do Declarante

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Modo de Disputa: **ABERTO/FECHADO**

Planejamento: 317/2022

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2022

Em xx de xxxxxxxxxxxx de xxx, acordaram como Órgão Gerenciador, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG, com sede na Rua dos Guajajaras, 1707, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.599.094/0001-80, neste ato representada, pela Defensora Pública-Geral, RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, e como BENEFICIÁRIAS, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade xxxxxxxxxxxx, no Estado xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, cargo xxxxxxxxxxxxxxxx e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade xxxxxxxxxxxx, no Estado xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, cargo xxxxxxxxxxxxxxxx, pela assinatura da Ata de Registro de Preços xxx/2022, sujeitando-se às regras da Lei Federal nº. 13.303 de 30/06/2016, Decreto nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Decreto 46.311 de 16/09/2013, pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Eletrônico nº. xxx/2022 – Planejamento 167/2022 e demais normas pertinentes e aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Descrição	Marca/modelo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
XX				R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxx

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões.

2.4. Os preços registrados serão constantes por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

3.2. A Ata não poderá ser prorrogada, nos termos parágrafo único do artigo 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do Decreto 46.311/2013.

3.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Após firmado o instrumento contratual, o objeto desta ata deverá ser executado pelo fornecedor de acordo com o Termo de Referência e a proposta vencedora da licitação.

4.1.1. Caso a 1º beneficiária não apresente situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual, ou recuse-se a assiná-lo ou na impossibilidade do atendimento pelo primeiro colocado, a DPMG poderá contratar com a 2º beneficiária com preço registrado nesta ARP, conforme sua classificação ao final do Pregão.

4.2. Conforme previsto no art. 13 do Decreto Estadual nº 46.311/13, é vedado realizar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, inclusive aquele de que trata o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual poderá ser efetuado apenas nos contratos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.3. A(s) beneficiária(s) que não atenda(m) a essa ARP ficará(ao) sujeita(s) às penalidades impostas na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O preço registrado poderá ser revisto, caso apresente variação daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador verificar se o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado, seguindo o disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311/13.

5.2. O fornecedor terá o registro dos preços cancelado, quando:

5.2.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.2.2. Não retirar a respectiva ordem de compras ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.2.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.2.4. Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor devidamente autorizado pela Administração, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ITENS

6.1. A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

6.2. O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de

Serviço” à Contratada.

6.3. Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.4. Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 - Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o Edital de Licitação.

7.1 – Todas as informações e documentos relativos ao registro de preços podem ser consultadas no **Portal de Compras do Estado de Minas Gerais** - www.compras.mg.gov.br.

7.2 – Os autos do processo licitatório que deu origem a esta ata estarão à disposição dos interessados na DPMG, na Rua Bernardo Guimarães, 2731 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, durante o exercício financeiro do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento.

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxx de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

BENEFICIÁRIO

XXXXXXXXXXXXXXXX

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO Nº XXXX/2022 CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E XXXXXX.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Guajajaras, nº. 1.707, Barro Preto, CNPJ nº. 05.599.094/0001-80, neste ato representado pelo seu DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, MADEP 0472, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX**, estabelecida na Rua XXXXX, Bairro XXXXXX – Cidade de XXXXX/XX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal **XXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado do Registro de Preço Planjamento nº 317/2022, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual nº. 14.167/2002, Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, Decreto Estadual de nº. 44.786/2008, Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência, Anexo I, do Edital de Licitação e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx)**.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL (R\$)
------	---------------------	--------	-------	-------------	-------------------

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

01					
----	--	--	--	--	--

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES COMERCIAIS

3.1 DAS LICENÇAS

3.1.1 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças. Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

3.2 DA GARANTIA

13.2.1 O fornecedor deve oferecer prazo de garantia compatível com o prazo de vigência das licenças, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

13.2.2 Constatada a necessidade de troca do produto no ato do recebimento, ela deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação do defeito/reparo à Contratada feita pelo Contratante.

13.2.3 A Contratada deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

4.2 Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.3 Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados:

6.2 Para a Gestão da contratação, o Diretor de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos;

6.3 Para a Fiscalização da contratação, o Diretor de Informação de Dados, sendo este o Agente Fiscalizador.

6.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Agente Fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

6.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, tal como definido pela lei civil.

6.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso ele afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

6.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

6.8 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1 O fornecedor habilitado em 1º lugar deverá fornecer as licenças conforme especificação contida no anexo 1 deste Termo de Referência, a contar da data da Ordem de Serviço.

8.1.2 Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.1.3 Entregar os softwares com as respectivas mídias e/ou link para Download, bem como as licenças de uso nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.4 Entregar os softwares no local indicado neste Termo de Referência.

8.1.5 Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a DPMG, os produtos devolvidos em razão de divergências entre a Licença entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.1.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

8.1.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela DPMG, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.1.8 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.1.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à DPMG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1 Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da contratada, após a entrega do objeto e recebimento definitivo.

8.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.3 Rejeitar os objetos que não atendam aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo.

8.2.4 Supervisionar a execução do objeto por intermédio do representante designado pela CONTRATANTE.

8.2.5 Notificar por escrito à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades constatadas no cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão das notas fiscais e o recebimento definitivo das licenças pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

9.2 Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.

9.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

8.4. As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXX, da Lei em vigor nº 24.013/2021 e subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial do contrato caracteriza descumprimento das obrigações assumidas e permite a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

10.1.1. Advertência por escrito;

10.1.2. Multa de até:

10.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

10.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

10.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.1.3.** Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 10.1.4.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- 10.1.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 10.2.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5.
- 10.3.** A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.
- 10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.
- 10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.5.1.** Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 10.6.** A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 10.7.** As sanções relacionadas nos itens 10.1.3 a 10.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.
- 10.8.** As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
- 10.8.1.** Retardarem a execução do objeto;
- 10.8.2.** Comportar-se de modo inidôneo;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

10.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, previsto no art. 77 da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em forma resumida.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS -

LGPD

14.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

14.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

14.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

14.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

14.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

14.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

14.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

14.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

14.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

14.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

14.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

Processo Sei nº 9990000001.004816/2022-11

PARECER n.º 141/2022.

Exma. Sra. Defensora Pública-Geral
Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias

Pregão Eletrônico para Registro de Preços promovido pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) – Planejamento 317/2022- Ata de Registro de Preços nº 317/2022 – Licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas – Contratação das Empresas Vencedoras do Certame – Aprovado.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais aderiu, na qualidade de órgão participante, ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços, Planejamento nº 317/2022, Ata de Registro de Preços nº 317/2022, promovido pela própria Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas
2. Após a adesão, pretende-se adquirir licenças proprietárias de software conforme consta no Memorando nº 208/2022-DPMG/STI/DID (0059021), com as empresas vencedoras do citado certame, cujos preços foram registrados em ata, razão pela qual os autos foram encaminhados à análise desta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38 da Lei n.º 8.666/93.
3. A solicitação de contratação foi realizada pela Diretoria de Informação e Dados da DPMG, doc. 0059021, tendo sido realizado o levantamento do quantitativo dentro da previsão de item arrolado no Termo de Adesão (0060152), conforme determina o art. 7º, inciso II do Decreto Estadual nº 46.311/13.
4. O processo em análise está instruído com os seguintes documentos:

Nº SEI	Documento	Data
☒ <u>0044736</u>	Termo de Referência - Aquisição de Licenças	21/10/2022



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

☒	0044743	Mapa de Preços - Consolidado	21/10/2022
☒	0044748	Orçamento 1º - Proposta Comercial Memora	21/10/2022
☒	0044750	Orçamento 2º - Proposta Comercial SERVIX	21/10/2022
☒	0044752	Orçamento 3º - Proposta Comercial ALTASNET	21/10/2022
☒	0044759	Orçamento 4º - Proposta Comercial L3 SOF-TWARE 1/2	21/10/2022
☒	0044763	Orçamento 5º - Proposta Comercial WELTSO-LUTIONS	21/10/2022
☒	0044767	Orçamento 6º - Proposta Comercial PISONTEC	21/10/2022
☒	0044769	Orçamento 7º - Proposta Comercial MCR	21/10/2022
☒	0044770	Orçamento 9º - Proposta Comercial BUYSOFT 1/2	21/10/2022
☒	0044773	Orçamento 10º - PREÇOS PUBLICOS - ATA Nº 298/2021/SEA	21/10/2022
☒	0044777	Orçamento 11º - Proposta Comercial DUOWA-RE 1/2	21/10/2022
☒	0044782	Orçamento 12º - Proposta Comercial DUOWA-RE 2/2	21/10/2022
☒	0044793	Orçamento 13º - Proposta Comercial L3 2/2	21/10/2022
☒	0044796	Orçamento 14º - Proposta Comercial RR Software	21/10/2022
☒	0044802	Solicitação Compra - ASCOM	21/10/2022
☒	0044812	Solicitação Compra - DDSP/STI	21/10/2022
☒	0044816	Memorando	21/10/2022
☒	0044926	Despacho	21/10/2022
☒	0045644	Memorando	25/10/2022
☒	0045669	Memorando	25/10/2022
☒	0045715	Termo de Referência - Atualizado	26/10/2022
☒	0048634	Relatório - de item	07/11/2022
☒	0048637	Edital	07/11/2022
☒	0048646	Pregão Eletrônico 134	07/11/2022
☒	0048657	Resolução - Licitação	07/11/2022
☒	0048678	Memorando	07/11/2022
☒	0048802	Memorando 47/2022 - Memorando Assessoria Jurídica	08/11/2022
☒	0048865	Memorando	08/11/2022
☒	0049241	Parecer Jurídico 123/2022 - parecer juridico	09/11/2022
☒	0050156	Pregão Eletrônico 317	11/11/2022
☒	0050729	Publicação	16/11/2022
☒	0050735	Email - - Comprovação de Preço Lote 01	16/11/2022



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

☒	0050738	Memorando	16/11/2022
☒	0050741	Edital - Corrigido	16/11/2022
☒	0050742	Memorando	16/11/2022
☒	0050850	Manifestação	17/11/2022
☒	0050904	Publicação - Pregão	17/11/2022
☒	0057747	Pregão Eletrônico 317	12/12/2022
☒	0057759	Pregão Eletrônico 317	12/12/2022
☒	0057783	Pregão Eletrônico 317	12/12/2022
☒	0057832	Pregão Eletrônico 317	12/12/2022
☒	0058742	Ata	14/12/2022
☒	0058788	Termo de conclusão de pregão	14/12/2022
☒	0058921	Publicação - Atas do Registro de Preço	15/12/2022
☒	0058956	Memorando	15/12/2022
☒	0059021	Memorando	15/12/2022
☒	0060017	Despacho	19/12/2022
☒	0060152	Termo de Adesão	19/12/2022
☒	0060156	Relatório - Demanda x Consumo	19/12/2022
☒	0060158	Relatório de Item de Material/Serviço	19/12/2022
☒	0060159	Relatório de Item de Material/Serviço	19/12/2022
☒	0060161	Relatório de Item de Material/Serviço	19/12/2022
☒	0060162	Relatório de Item de Material/Serviço	19/12/2022
☒	0060164	Relatório de Item de Material/Serviço	19/12/2022
☒	0060166	Relatório de Item de Material/Serviço	19/12/2022
☒	0060242	Relatório de Solicitação de Compras	19/12/2022
☒	0060243	Relatório de Pedido de Compra	19/12/2022
☒	0060244	Mapa de Preços	19/12/2022
☒	0060245	Relatório de Processo de Compras	19/12/2022
☒	0060246	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	19/12/2022
☒	0060272	Declaração de disponibilidade orçamentária	20/12/2022
☒	0060415	Relatório de Solicitação de Compras - Windows server	20/12/2022
☒	0060418	Relatório de Pedido de Compra - Windows server	20/12/2022
☒	0060421	Mapa de Preços - Windows server	20/12/2022
☒	0060424	Relatório de Processo de Compras - Atualizado	20/12/2022
☒	0060431	Relatório - Cadastro de Fornecedor - Duoware	20/12/2022
☒	0060433	Certificado - Regularidade FGTS	20/12/2022



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

☒	0060435	Certidão - Negativa Estadual	20/12/2022
☒	0060439	Certidão - CND Estadual	20/12/2022
☒	0060440	Certidão - Negativa Trabalhista	20/12/2022
☒	0060442	Certidão - Negativa de Falência	20/12/2022
☒	0060445	SICAF	20/12/2022
☒	0060447	Relatório - Cadastro de Fornecedor - Brasof- tware	20/12/2022
☒	0060449	Certificado - Regularidade FGTS	20/12/2022
☒	0060450	SICAF	20/12/2022
☒	0060454	Relatório - Cadastro de Fornecedor - Pisontec	20/12/2022
☒	0060455	Certificado - Regularidade FGTS	20/12/2022
☒	0060457	Certidão - Negativa Estadual	20/12/2022
☒	0060459	Certidão - Negativa Municipal	20/12/2022
☒	0060462	SICAF	20/12/2022
☒	0060463	Relatório - Cadastro de Fornecedor - Weltsolu- tions	20/12/2022
☒	0060465	Certidão - Negativa de Falência - 1ª instância	20/12/2022
☒	0060466	Certidão - Negativa de Falência - 2ª instância	20/12/2022
☒	0060467	SICAF	20/12/2022
☒	0060482	Minuta - contrato - Brasoftware	20/12/2022
☒	0060486	Minuta - contrato - Duoware	20/12/2022
☒	0060487	Minuta - contrato - Pisontec	20/12/2022
☒	0060488	Minuta - contrato - Weltsolutions	20/12/2022
☒	0060492	Memorando	20/12/2022
☒	0060672	Memorando	21/12/2022
☒	0060811	Certidão - Negativa de Falência - DUOWARE	22/12/2022
☒	0060815	Certidão - Negativa Municipal - DUOWARE	22/12/2022
☒	0060818	Certidão - Dívida Ativa Municipal - DUOWARE	22/12/2022
☒	0060822	Memorando	22/12/2022

5. É o relatório. Passa-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

6. No âmbito do Estado de Minas Gerais, atendendo ao disposto no art. 15, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, as contratações de serviços e aquisi-



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

ções de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, são regidas pelo Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

7. O Sistema de Registro de Preços é conceituado pelo art. 3º do referido Decreto como um conjunto de procedimentos para registro formal de preços, objetivando contratações futuras pela Administração Pública. Tal registro é realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados na Ata de Registro de Preços, definida pelo art. 2º, IV, do Decreto mencionado, como um documento vinculativo, obrigacional, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, para eventual e futura contratação.

8. A aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata (denominados participantes), ou que venham a integrá-la posteriormente (denominados não participantes). Contudo, devem-se observar os requisitos mínimos presentes no art. 24, §1º do Decreto Estadual nº 46.311/2013:

Art.24. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de termo contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art.62 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

§ 1º Os órgãos participantes do registro de preços deverão instruir seus processos de contratação, no mínimo, com os seguintes documentos:

I - termo de adesão;

II - cópia da ARP; e

III – termo contratual ou instrumento similar.

9. Registre-se que, no desenvolvimento do presente procedimento, exige-se, das autoridades e unidades administrativas integrantes da Defensoria Pública, a fiel observância dos dispositivos constantes do Decreto n.º 46.311/2013 e na Lei nº 8.666/93, bem como de outros diplomas legais pertinentes e aplicáveis, sob pena de responsabilidade administrativa, penal e civil.

10. No presente caso, se averigua nos autos que foram acostados o termo de adesão (0060152) o edital do certame (0050735) e as atas de registro de pre-



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

ços (005747, 0057759, 0057783 e 0057831), onde se verifica que a Defensoria Pública atuou como gestora da ata.

11. Prosseguindo, nota-se que os setores técnicos competentes declararam a existência de disponibilidade econômico financeira, indicando o crédito pelo qual correrá a despesa e apontando a classificação funcional programática e a categoria econômica, 0060272.

12. Ademais, o setor de compras diligenciou-se para cadastrar a contratação pretendida junto ao SIAD, tendo obtido os relatórios, e o mapa comparativo de preços detalhado constantes no processo SEI.

13. Os documentos 0060431, 0060433, 0060435, 0060439, 0060440, 0060442, 0060445, 0060447, 0060449, 0060450, 0060454, 0060455, 0060457, 0060459, 0060462, 0060463, 0060465, 0060466, 0060467, 0060811, 0060815 e 0060818 destinam-se a comprovar a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira da empresa **DUOWARE SOFTWARES LTDA, BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIREL e WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**.

14. Consta no CRC e demais documentos (0060431, 0060433, 0060435, 0060439, 0060440, 0060442, 0060445, 0060811, 0060815 e 0060818) da empresa **DUOWARE SOFTWARES LTDA** como aceito o registro comercial da firma, a inscrição no CNPJ, a declaração de menores e fatos superveniente e comprovação de condição de pequena empresa (microempresa ou empresa de pequeno porte). Resta, outrossim, comprovada a sua regularidade com o FGTS, INSS, Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista.

15. Ademais, foi aceito e se encontra válida a certidão negativa de falência. Constata-se ainda no CRC que a empresa não se encontra inscrita no CAFIMP, CADIN e SICAF.

16. Consta no CRC e demais documentos (0060447, 0060449 e 0060450) da empresa **BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA** como aceito o registro comercial da firma, a inscrição no CNPJ, a declaração de menores e fatos superveniente e comprovação de condição de pequena empresa (microempresa ou empresa de pequeno porte). Resta, outrossim, comprovada a sua regularidade com o FGTS



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

(0048409), INSS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal. Restou aceito e se encontra válida a certidão negativa de falência. Constata-se ainda no CRC que a empresa não se encontra inscrita no CAFIMP, CADIN e SICAF.

17. Consta no CRC e demais documentos (0053153 e 0053154) da empresa **PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIREL** como aceito o registro comercial da firma, a inscrição no CNPJ, a declaração de menores e fatos superveniente e comprovação de condição de pequena empresa (microempresa ou empresa de pequeno porte). Resta, outrossim, comprovada a sua regularidade com o FGTS, INSS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como, a certidão negativa de falência. Constata-se ainda no CRC que a empresa não se encontra inscrita no CAFIMP, CADIN e SICAF.

18. Por fim, consta no CRC e demais documentos (0060463, 0060465, 0060466 e 0060467) da empresa **WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI** como aceito o registro comercial da firma, a inscrição no CNPJ, a declaração de menores e fatos superveniente e comprovação de condição de pequena empresa (microempresa ou empresa de pequeno porte). Resta, outrossim, comprovada a sua regularidade com o FGTS, INSS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal

19. Ademais, foi aceito e se encontra válida a certidão negativa de falência. Constata-se ainda no CRC que a empresa não se encontra inscrita no CAFIMP, CADIN e SICAF.

20. **Ressalte-se, ainda que o item 10.9.1 do Edital não trouxe como requisito de habilitação econômico financeiro a apresentação do balanço patrimonial.**

21. No que toca às minutas contratuais, que no presente caso foi apresentadas nos documentos 0060482, 0060486, 0060487 e 0060488, impende destacar que as mesmas devem ser fiel à minuta contida no Edital do Pregão Eletrônico nº 317/2022, não podendo a Diretoria de Compras e Contratos inovar, eis que como dito outrora esta Unidade Consultiva já procedeu à análise do teor das cláusulas e emitiu parecer jurídico no bojo do procedimento supramencionado. Desta forma, não é necessário a reavaliação da presente minuta.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Assessoria Jurídica

III – CONCLUSÃO

22. Do exposto, consoante as razões anteriormente expostas, concluo pela regularidade do procedimento.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2022.

Priscila Newley Kopke
Assessora Jurídica– MASP 7.000.477-5

Termo de Adesão

Termo de Adesão que entre si celebram o(a) DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, na qualidade de Órgão Gestor e o(a) DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, como Órgão Participante, para fins de participação no Registro de Preços de AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE. Por este termo de Adesão, o(a) DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 055.990.94/0001-80, com sede RUA GUAJAJARAS, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS concorda com os termos do Registro de Preços a ser promovido pelo(a) DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 055.990.94/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) HENRIQUE CASTRO BOAVENTURA para fins de Registro de Preços de AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE, conforme previsto pelo art.7º, II, do Decreto Estadual 46.311 de 16 de setembro de 2013, cuja descrição detalhada encontra-se na planilha anexa.

Itens Aderidos

Nº	Código	Descrição do Item	Unidade de Aquisição	Local	Periodicidade	Preço de Referência (Unitário)	Qtde	Valor Total
1	94846	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	10	R\$ 0,00
2	111902	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE	UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	40	R\$ 0,00
3	121916	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	52	R\$ 0,00
4	102121	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	7	R\$ 0,00
5	121991	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP	UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	52	R\$ 0,00
6	114200	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	6	R\$ 0,00
7	121479	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VSPHERE 7 ENTERPRISE PLUS PARA 1 PROCESSADOR	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	20	R\$ 0,00
8	101052	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VREALIZE	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	20	R\$ 0,00
9	121460	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VCENTER SERVER 7	1 UNIDADE	Belo Horizonte	Anual	R\$ 0,0000	1	R\$ 0,00

Total: 9 registros.1

Matrícula	Nome	Unidade	Unidade	Data	Operação
M1213889	BARBARA ARAUJO MEIRELES	1441003	DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS, DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	07/11/2022	ENCAMINHADO
m1213889	BARBARA ARAUJO MEIRELES	1441003	DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS, DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	07/11/2022	APROVADO

Total: 2 registros. | [Configurar nº de registros/página1](#)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2022**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2022**

Em sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, acordaram como Órgão Gerenciador, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG, com sede na Rua dos Guajajaras, 1707, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.599.094/0001-80, neste ato representada, pela Defensora Pública-Geral, RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, e como BENEFICIÁRIA, a empresa DUOWARE SOFTWARES LTDA, com sede à Rua Senador Dantas, 75, sala 2402 e 2403, Bairro Centro, na cidade Rio de Janeiro, no Estado Rio de Janeiro, neste ato representada pelo Sr. OZILIO CAMPOS SIMAO, representantes Legal da Empresa, pela assinatura da Ata de Registro de Preços 01/2022, sujeitando-se às regras da Lei Federal nº. 13.303 de 30/06/2016, Decreto nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Decreto 46.311 de 16/09/2013, pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Eletrônico nº. 317/2022 e demais normas pertinentes e aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Descrição	Marca/modelo	Quant./ Unidade	Preço Unitário	Preço Total
01	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO – 12 meses		07	R\$2.400,00	R\$16.800,00
04	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM – 24 meses		52	R\$2.000,00	R\$104.000,00
05	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP - 24meses		52	R\$2.800,00	R\$145.600,00

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões.

2.4. Os preços registrados serão constantes por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

3.2 . A Ata não poderá ser prorrogada, nos termos parágrafo único do artigo 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do Decreto 46.311/2013.

3.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Após firmado o instrumento contratual, o objeto desta ata deverá ser executado pelo fornecedor de acordo com o Termo de Referência e a proposta vencedora da licitação.

4.1.1. Caso a 1º beneficiária não apresente situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual, ou recuse-se a assiná-lo ou na impossibilidade do atendimento pelo primeiro colocado, a DPMG poderá contratar com a 2º beneficiária com preço registrado nesta ARP, conforme sua classificação ao final do Pregão.

4.2. Conforme previsto no art. 13 do Decreto Estadual nº 46.311/13, é vedado realizar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, inclusive aquele de que trata o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual poderá ser efetuado apenas nos contratos.

4.3. A(s) beneficiária(s) que não atenda(m) a essa ARP ficará(ao) sujeita(s) às penalidades impostas na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O preço registrado poderá ser revisto, caso apresente variação daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador verificar se o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado, seguindo o disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311/13.

5.2. O fornecedor terá o registro dos preços cancelado, quando:

5.2.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.2.2. Não retirar a respectiva ordem de compras ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.2.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.2.4. Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor devidamente autorizado pela Administração, que

prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ITENS

6.1. A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

6.2. O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

6.3. Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

6.4. Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 - Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o Edital de Licitação.

7.1 – Todas as informações e documentos relativos ao registro de preços podem ser consultadas no **Portal de Compras do Estado de Minas Gerais** - www.compras.mg.gov.br.

7.2 – Os autos do processo licitatório que deu origem a esta ata estarão à disposição dos interessados na DPMG, na Rua Bernardo Guimarães, 2731 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, durante o exercício financeiro do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

OZILIO CAMPOS SIMAO
DUOWARE SOFTWARES LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Duoware Softwares Ltda registrado(a) civilmente como Ozilio Campos Simão, Usuário Externo**, em 12/12/2022, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA NEWLEY KOPKE, Assessora**, em 13/12/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, Defensora Pública-Geral**, em 13/12/2022, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0057747** e o código CRC **A7B6E60C**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2022

Em sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, acordaram como Órgão Gerenciador, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG, com sede na Rua dos Guajajaras, 1707, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.599.094/0001-80, neste ato representada, pela Defensora Pública-Geral, RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, e como BENEFICIÁRIA, a empresa BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, com sede à Rua Marina La Regina, 227, 3º andar - sala: 11 a 15, Bairro Centro, na cidade Poa, no Estado São Paulo, neste ato representada pelo Sr. WALTER FERREIRA DA SILVA JUNIOR, representante Legal da Empresa, pela assinatura da Ata de Registro de Preços 02/2022, sujeitando-se às regras da Lei Federal nº. 13.303 de 30/06/2016, Decreto nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Decreto 46.311 de 16/09/2013, pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Eletrônico nº. 317/2022 e demais normas pertinentes e aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Descrição	Marca/modelo	Quant./ Unidade	Preço Unitário	Preço Total
-------------	------------------	---------------------	----------------------------	---------------------------	------------------------

02	LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD -TODOS APPS(Photoshop, Ilustrador, InDesign, Acrobat Pro, Dimension, InCopy, Spark, Bridge, Capture, Dreamweaver, Animate, Lightroom, Premiere Pro, After Effects, Audition, Character Animator, SpeedGrade, Media Encoder, Prelude, Story Plus, Flash Professional, Flash Builder, Encore, Muse, Edge Reflow, Edge Code Edge Inspect, In Script, Extension Manager, ExtendScript Tollkit). – 36 meses		10	R\$15.772,77	R\$157.727,70
----	---	--	----	--------------	---------------

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões.

2.4. Os preços registrados serão constantes por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

3.2 . A Ata não poderá ser prorrogada, nos termos parágrafo único do artigo 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do Decreto 46.311/2013.

3.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Após firmado o instrumento contratual, o objeto desta ata deverá ser executado pelo fornecedor de acordo com o Termo de Referência e a proposta vencedora da licitação.

4.1.1. Caso a 1º beneficiária não apresente situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual, ou recuse-se a assiná-lo ou na impossibilidade do atendimento pelo primeiro colocado, a DPMG poderá contratar com a 2º beneficiária com preço registrado nesta ARP, conforme sua classificação ao final do Pregão.

4.2. Conforme previsto no art. 13 do Decreto Estadual nº 46.311/13, é vedado realizar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, inclusive aquele de que trata o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual poderá ser efetuado apenas nos contratos.

4.3. A(s) beneficiária(s) que não atenda(m) a essa ARP ficará(ao) sujeita(s) às penalidades impostas na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O preço registrado poderá ser revisto, caso apresente variação daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador verificar se o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado, seguindo o disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311/13.

5.2. O fornecedor terá o registro dos preços cancelado, quando:

5.2.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.2.2. Não retirar a respectiva ordem de compras ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.2.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.2.4. Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor devidamente autorizado pela Administração, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ITENS

6.1. A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail:

sti.did@defensoria.mg.def.br.

6.2. O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

6.3. Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

6.4. Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 - Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o Edital de Licitação.

7.1 – Todas as informações e documentos relativos ao registro de preços podem ser consultadas no **Portal de Compras do Estado de Minas Gerais** - www.compras.mg.gov.br.

7.2 – Os autos do processo licitatório que deu origem a esta ata estarão à disposição dos interessados na DPMG, na Rua Bernardo Guimarães, 2731 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, durante o exercício financeiro do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

]

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

WALTER FERREIRA DA SILVA JUNIOR
BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Walter Ferreira da Silva Junior**, **Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA NEWLEY KOPKE**, **Assessora**, em 14/12/2022, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, **Defensora Pública-Geral**, em 14/12/2022, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0057759** e o código CRC **5D79A967**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2022**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022**

Em sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, acordaram como Órgão Gerenciador, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG, com sede na Rua dos Guajajaras, 1707, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.599.094/0001-80, neste ato representada, pela Defensora Pública-Geral, RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, e como BENEFICIÁRIA, a empresa PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, com sede Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1038, sala 03 CXPST 118, Bairro Novo, na cidade Olinda, no Estado Pernambuco, neste ato representada pela Sra. DEBORAH CARLOS DELGADO, representante Legal da Empresa, pela assinatura da Ata de Registro de Preços 03/2022, sujeitando-se às regras da Lei Federal nº. 13.303 de 30/06/2016, Decreto nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Decreto 46.311 de 16/09/2013, pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Eletrônico nº. 317/2022 e demais normas pertinentes e aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Descrição	Marca/modelo	Quant./ Unidade	Preço Unitário	Preço Total
03	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE – ULTIMA VERSAO - 12 meses	JETBRAINS /INTELLIJ IDEA ULTIMATE	40	R\$3.425,00	R\$137.000,00

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao

beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões.

2.4. Os preços registrados serão constantes por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

3.2 . A Ata não poderá ser prorrogada, nos termos parágrafo único do artigo 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do Decreto 46.311/2013.

3.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Após firmado o instrumento contratual, o objeto desta ata deverá ser executado pelo fornecedor de acordo com o Termo de Referência e a proposta vencedora da licitação.

4.1.1. Caso a 1º beneficiária não apresente situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual, ou recuse-se a assiná-lo ou na impossibilidade do atendimento pelo primeiro colocado, a DPMG poderá contratar com a 2º beneficiária com preço registrado nesta ARP, conforme sua classificação ao final do Pregão.

4.2. Conforme previsto no art. 13 do Decreto Estadual nº 46.311/13, é vedado realizar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, inclusive aquele de que trata o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual poderá ser efetuado apenas nos contratos.

4.3. A(s) beneficiária(s) que não atenda(m) a essa ARP ficará(ao) sujeita(s) às penalidades impostas na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O preço registrado poderá ser revisto, caso apresente variação daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador verificar se o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado, seguindo o disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311/13.

5.2. O fornecedor terá o registro dos preços cancelado, quando:

5.2.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.2.2. Não retirar a respectiva ordem de compras ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.2.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.2.4. Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor devidamente autorizado pela Administração, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS

ITENS

6.1. A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

6.2. O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

6.3. Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

6.4. Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 - Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o Edital de Licitação.

7.1 – Todas as informações e documentos relativos ao registro de preços podem ser consultadas no **Portal de Compras do Estado de Minas Gerais** - www.compras.mg.gov.br.

7.2 – Os autos do processo licitatório que deu origem a esta ata estarão à disposição dos interessados na DPMG, na Rua Bernardo Guimarães, 2731 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, durante o exercício financeiro do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

DEBORAH CARLOS DELGADO

PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI



Documento assinado eletronicamente por **DEBORAH CARLOS DELGADO**, **Usuário Externo**, em 14/12/2022, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA NEWLEY KOPKE**, **Assessora**, em 14/12/2022, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, **Defensora Pública-Geral**, em 14/12/2022, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0057783** e o código CRC **A77E3CDA**.

9990000001.004816/2022-11

0057783v4

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2022**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2022**

Em sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, acordaram como Órgão Gerenciador, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG, com sede na Rua dos Guajaras, 1707, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 05.599.094/0001-80, neste ato representada, pela Defensora Pública-Geral, RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, e como BENEFICIÁRIA, a empresa WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, com sede Avenida Governador Carlos De Lima Cavalcante, 1710, Bairro Casa Caiada, na cidade Olinda, no Estado Pernambuco, neste ato representada pelo Sra. ESTELA GEISA CARVALHO DE PAULA LEITE, representante Legal da Empresa, pela assinatura da Ata de Registro de Preços 04/2022, sujeitando-se às regras da Lei Federal nº. 13.303 de 30/06/2016, Decreto nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Decreto 46.311 de 16/09/2013, pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Eletrônico nº. 317/2022 e demais normas pertinentes e aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Descrição	Marca/modelo	Quant./ Unidade	Preço Unitário	Preço Total
06	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD – 16 core	MICROSOFT/ WINDOWS SERVER 2022 STANDARD – 16 CORE	06	R\$8.857,00	R\$53.142,00

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao

beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões.

2.4. Os preços registrados serão constantes por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

3.2 . A Ata não poderá ser prorrogada, nos termos parágrafo único do artigo 135 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do Decreto 46.311/2013.

3.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Após firmado o instrumento contratual, o objeto desta ata deverá ser executado pelo fornecedor de acordo com o Termo de Referência e a proposta vencedora da licitação.

4.1.1. Caso a 1º beneficiária não apresente situação regular no ato da assinatura do instrumento contratual, ou recuse-se a assiná-lo ou na impossibilidade do atendimento pelo primeiro colocado, a DPMG poderá contratar com a 2º beneficiária com preço registrado nesta ARP, conforme sua classificação ao final do Pregão.

4.2. Conforme previsto no art. 13 do Decreto Estadual nº 46.311/13, é vedado realizar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, inclusive aquele de que trata o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual poderá ser efetuado apenas nos contratos.

4.3. A(s) beneficiária(s) que não atenda(m) a essa ARP ficará(ao) sujeita(s) às penalidades impostas na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O preço registrado poderá ser revisto, caso apresente variação daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador verificar se o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado, seguindo o disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311/13.

5.2. O fornecedor terá o registro dos preços cancelado, quando:

5.2.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.2.2. Não retirar a respectiva ordem de compras ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.2.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.2.4. Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor devidamente autorizado pela Administração, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS

ITENS

6.1. A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail:

sti.did@defensoria.mg.def.br.

6.2. O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

6.3. Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

6.4. Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

7.1 - Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o Edital de Licitação.

7.1 – Todas as informações e documentos relativos ao registro de preços podem ser consultadas no **Portal de Compras do Estado de Minas Gerais** - www.compras.mg.gov.br.

7.2 – Os autos do processo licitatório que deu origem a esta ata estarão à disposição dos interessados na DPMG, na Rua Bernardo Guimarães, 2731 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG, durante o exercício financeiro do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS



Documento assinado eletronicamente por **ESTELA GEISA CARVALHO DE PAULA LEITE**, **Usuário Externo**, em 14/12/2022, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA NEWLEY KOPKE**, **Assessora**, em 14/12/2022, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, **Defensora Pública-Geral**, em 14/12/2022, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0057832** e o código CRC **D628DD2A**.

12 (doze) meses a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico da DPMG. SIGNATÁRIOS: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Jefferson Paulo de Andrade. Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais torna sem efeito a publicação da ata de Registro de Preços nº 1/2022 – Planejamento nº317/2022. Objeto: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata. Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e DUOWARE SOFTWARES LTDA. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. Assinam: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Ozilio Campos Simão. Publicada no dia 14/12/2022, DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS, PÁGINA 20. Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

Lote	Descrição	Quant. Registrada	Preço Unitário	Preço Total R\$
1	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO – 12 meses	7	R\$ 2,400.00	R\$ 16,800.00
4	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM – 24 meses	52	R\$ 2,000.00	R\$ 104,000.00
5	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP - 24meses	52	R\$ 2,800.00	R\$ 145,600.00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 1/2022 – Planejamento nº 317/2022. Objeto: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata. Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e DUOWARE SOFTWARES LTDA. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. Assinam: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Ozilio Campos Simão.

Lote	Descrição	Quant. Registrada	Preço Unitário	Preço Total R\$
1	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO – 12 meses	7	R\$ 2,400.00	R\$ 16,800.00
4	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM – 24 meses	52	R\$ 2,000.00	R\$ 104,000.00
5	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP - 24meses	52	R\$ 2,800.00	R\$ 145,600.00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 2/2022 – Planejamento nº 317/2022. Objeto: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata. Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. Assinam: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Walter Ferreira da Silva Junior.

Lote	Descrição	Quant. Registrada	Preço Unitário	Preço Total R\$
2	LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD -TODOS APPS	10	R\$ 15,772.77	R\$ 157,727.70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 3/2022 – Planejamento nº 317/2022. Objeto: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata. Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. Assinam: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Deborah Carlos Delgado.

Lote	Descrição	Quant. Registrada	Preço Unitário	Preço Total R\$
3	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE –ULTIMA VERSAO - 12 meses	40	R\$ 3,425.00	R\$ 137,000.00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 4/2022 – Planejamento nº 317/2022. Objeto: Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de licenças proprietárias de software, sob demanda futura e eventual, conforme especificações técnicas e quantidades estabelecidas, conforme Anexo I - Termo de Referência do processo, anexo a esta Ata. Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação. Assinam: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Estela Geisa Carvalho de Paula Leite.

Lote	Descrição	Quant. Registrada	Preço Unitário	Preço Total R\$
6	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD – 16 core	6	R\$ 8,857.00	R\$ 53,142.00



Ata de pregão

Órgão gestor: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata nº 2 da sessão do Pregão eletrônico para registro de preços - Planejamento de registro de preços nº 0000000317/2022.

Às 10:00:00 horas, do dia 29 de Novembro de 2022, reuniram-se no site www.compras.mg.gov.br, o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão para registro de preços de AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE.

O Pregoeiro conduziu a sessão de pregão, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; na Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002; no Decreto Estadual nº 44.786, de 18 de abril de 2008; subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no edital do referido pregão e anexos. O registro de preços foi efetuado conforme disposições do Decreto Estadual nº 46.311, de setembro de 2013, e do edital do referido pregão e anexos.

Resultado da sessão pública

Fornecedores participantes

Porte da empresa	Fornecedor	Representante	Foi credenciado
Outro	66.582.784/0001-11 - MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	PAULO EDUARDO ONUCHIC	Sim
Micro	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	OZILIO CAMPOS SIMAO	Sim
Outro	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	VANESSA GIEDRE DE ANDRADE CHEACHIRE	Sim
Outro	05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	ALMIR FRANZ DE LIMA	Sim
Pequena	12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	SWE HELEN HABERLI	Sim
Micro	21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	ESTELA GEISA CARVALHO DE PAULA LEITE	Sim
Micro	27.044.495/0001-07 - PA COMERCIO E SERVICOS GERAIS EIRELI - ME	PEDRO HENRIQUE DE ABREU CUNHA	Sim
Outro	04.198.254/0001-17 - MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	MARCIA CAETANO DA SILVA	Sim
Outro	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	RODRIGO CORDEIRO VILLAR	Sim
Micro	24.764.230/0001-95 - EMPRESA T.I. COMERCIO E SERVICOS EIRELI	JOWILKER GOUVEA GOMES	Sim

Lote: 1

Descrição:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Regra de participação: Exclusiva para ME/EPP

Situação: Manifestação de intenção de recurso concluída

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 4

Código do item: 00010212-1

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 7,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Identificação do fornecedor: F000198

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 35.000,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 4

Código do item: 00010212-1

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 7,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 7,0000

Valor unitário: R\$ 5.000,0000

Valor total: R\$ 35.000,00

Fornecedor:

21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

Identificação do fornecedor: F000157

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 19.833,31

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 4
Código do item: 00010212-1	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 7,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 7,0000	
Valor unitário: R\$ 2.833,3300	Valor total: R\$ 19.833,31

Fornecedor:

27.044.495/0001-07 - PA COMERCIO E SERVICOS GERAIS EIRELI - ME

Identificação do fornecedor: F000141

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 70.000,00

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 4
Código do item: 00010212-1	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 7,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 7,0000	
Valor unitário: R\$ 10.000,0000	Valor total: R\$ 70.000,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 10:37:33	27.044.495/0001-07 - PA COMERCIO E SERVICOS GERAIS EIRELI - ME	R\$ 2.650,0000	Não
29/11/2022 10:37:21	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.400,0000	Não

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 10:36:41	21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R\$ 2.499,0000	Não
29/11/2022 10:13:38	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.823,0000	Não
29/11/2022 10:12:03	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.633,3333	Sim

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:47:47	A proposta do fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA foi aceita, pelo valor total de R\$ 16.800,00.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
30/11/2022 14:14:20	O fornecedor DUOWARE SOFTWARES LTDA foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 2

Descrição:

LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Situação: Manifestação de intenção de recurso concluída

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 1
Código do item: 00009484-6	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	

PROPOSTAS:

Fornecedor:
04.198.254/0001-17 - MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA
Identificação do fornecedor: F000205
Situação da proposta: Classificada
Valor total: R\$ 275.147,10

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 1
Código do item: 00009484-6	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 10,0000	
Valor unitário: R\$ 27.514,7100	Valor total: R\$ 275.147,10

Fornecedor:
57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA
Identificação do fornecedor: F000214
Situação da proposta: Classificada
Valor total: R\$ 176.800,00

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 1
Código do item: 00009484-6	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE	
Similar: Não	

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 10,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 10,0000

Valor unitário: R\$ 17.680,0000

Valor total: R\$ 176.800,00

Fornecedor:

66.582.784/0001-11 - MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA

Identificação do fornecedor: F000247

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 222.120,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 1

Código do item: 00009484-6

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 10,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 10,0000

Valor unitário: R\$ 22.212,0000

Valor total: R\$ 222.120,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 10:55:54	66.582.784/0001-11 - MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	R\$ 17.373,0000	Não
29/11/2022 10:55:25	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 15.772,7700	Não
29/11/2022 10:52:35	66.582.784/0001-11 - MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	R\$ 17.620,0000	Não
29/11/2022 10:52:20	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 17.630,0000	Não

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 10:50:15	66.582.784/0001-11 - MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	R\$ 17.640,0000	Não
29/11/2022 10:48:50	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 17.650,0000	Não
29/11/2022 10:41:22	66.582.784/0001-11 - MAPDATA-TECNOLOGIA,INFORMATICA E COMERCIO LTDA	R\$ 17.660,0000	Não
29/11/2022 10:40:16	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 17.670,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:52:11	A proposta do fornecedor 57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA foi aceita, pelo valor total de R\$ 157.727,70.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
30/11/2022 14:14:43	O fornecedor BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 3

Descrição:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Situação: Manifestação de intenção de recurso concluída

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 2
Código do item: 00011190-2	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE	
Quantidade solicitada: 40,0000	

PROPOSTAS:

Fornecedor:
09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA
Identificação do fornecedor: F000387
Situação da proposta: Classificada
Valor total: R\$ 183.412,80

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 2
Código do item: 00011190-2	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 40,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 40,0000	
Valor unitário: R\$ 4.585,3200	Valor total: R\$ 183.412,80

Fornecedor:
12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI
Identificação do fornecedor: F000385
Situação da proposta: Classificada
Valor total: R\$ 183.412,80

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 2
Código do item: 00011190-2	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE	
Similar: Não	

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 40,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 40,0000

Valor unitário: R\$ 4.585,3200

Valor total: R\$ 183.412,80

Fornecedor:

19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Identificação do fornecedor: F000327

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 400.000,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 2

Código do item: 00011190-2

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 40,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 40,0000

Valor unitário: R\$ 10.000,0000

Valor total: R\$ 400.000,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 11:23:03	12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R\$ 3.425,0000	Não
29/11/2022 11:21:57	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 4.196,0000	Não
29/11/2022 11:21:28	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 3.980,0000	Não
29/11/2022 11:01:33	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 4.575,0000	Não
29/11/2022 11:01:18	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 4.500,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:32:58	A proposta do fornecedor 12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI foi aceita, pelo valor total de R\$ 137.000,00.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
30/11/2022 14:15:04	O fornecedor PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 4**Descrição:**

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Regra de participação: Aberta a todos licitantes**Situação:** Manifestação de intenção de recurso concluída**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no planejamento:** 3**Código do item:** 00012191-6**Tipo:** Serviço**Especificação do item:**

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Similar: Não**Unidade de aquisição/fornecimento:** 1 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 52,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA

Identificação do fornecedor: F000463

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 130.000,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 3

Código do item: 00012191-6

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 52,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 52,0000

Valor unitário: R\$ 2.500,0000

Valor total: R\$ 130.000,00

Fornecedor:

19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Identificação do fornecedor: F000461

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 260.000,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 3

Código do item: 00012191-6

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 52,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 52,0000

Valor unitário: R\$ 5.000,0000

Valor total: R\$ 260.000,00

Fornecedor:

21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

Identificação do fornecedor: F000418

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 130.000,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 3

Código do item: 00012191-6

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 52,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 52,0000

Valor unitário: R\$ 2.500,0000

Valor total: R\$ 130.000,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 11:51:46	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 2.005,0000	Não
29/11/2022 11:49:17	21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R\$ 2.322,0000	Não
29/11/2022 11:47:49	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.000,0000	Não
29/11/2022 11:28:30	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 2.400,0000	Não
29/11/2022 11:28:00	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.490,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:54:29	A proposta do fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA foi aceita, pelo valor total de R\$ 104.000,00.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
-------------	--------

Data / hora	Evento
30/11/2022 14:15:22	O fornecedor DUOWARE SOFTWARES LTDA foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 5

Descrição:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Situação: Manifestação de intenção de recurso concluída

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 5

Código do item: 00012199-1

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Quantidade solicitada: 52,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA

Identificação do fornecedor: F000502

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 166.400,00

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 5
Código do item: 00012199-1	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 52,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 52,0000	
Valor unitário: R\$ 3.200,0000	Valor total: R\$ 166.400,00

Fornecedor:

19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Identificação do fornecedor: F000561

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 364.000,00

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 5
Código do item: 00012199-1	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 52,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 52,0000	
Valor unitário: R\$ 7.000,0000	Valor total: R\$ 364.000,00

Fornecedor:

21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

Identificação do fornecedor: F000585

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 166.400,00

Nº do item no lote: 1	Nº do item no planejamento: 5
Código do item: 00012199-1	Tipo: Serviço
Especificação do item:	
SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP	
Similar: Não	
Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE	
Marca: -	Modelo: -
Frequência de entrega: Anual	
Localidade: Belo Horizonte	
Informações adicionais:	
Belo Horizonte	
Quantidade solicitada: 52,0000	
Quantidade proposta pelo fornecedor: 52,0000	
Valor unitário: R\$ 3.200,0000	Valor total: R\$ 166.400,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 14:20:06	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.800,0000	Não
29/11/2022 14:17:16	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 2.886,0000	Não
29/11/2022 14:01:59	09.240.519/0001-11 - TARGETWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 3.000,0000	Não
29/11/2022 14:01:23	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 3.190,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:57:03	A proposta do fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA foi aceita, pelo valor total de R\$ 145.600,00.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
30/11/2022 14:15:39	O fornecedor DUOWARE SOFTWARES LTDA foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 6

Descrição:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD

Regra de participação: Exclusiva para ME/EPP

Situação: Manifestação de intenção de recurso concluída

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 6

Código do item: 00011420-0

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 6,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

Identificação do fornecedor: F000603

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 61.326,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 6

Código do item: 00011420-0

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 6,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 6,0000

Valor unitário: R\$ 10.221,0000

Valor total: R\$ 61.326,00

Fornecedor:

24.764.230/0001-95 - EMPRESA T.I. COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Identificação do fornecedor: F000642

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 61.326,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 6

Código do item: 00011420-0

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 6,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 6,0000

Valor unitário: R\$ 10.221,0000

Valor total: R\$ 61.326,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 14:47:15	24.764.230/0001-95 - EMPRESA T.I. COMERCIO E SERVICOS EIRELI	R\$ 9.300,0000	Não
29/11/2022 14:46:56	21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R\$ 8.857,0000	Não
29/11/2022 14:23:28	24.764.230/0001-95 - EMPRESA T.I. COMERCIO E SERVICOS EIRELI	R\$ 10.211,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:59:38	A proposta do fornecedor 21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI foi aceita, pelo valor total de R\$ 53.142,00.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
30/11/2022 14:15:52	O fornecedor WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 7

Descrição:

LICENÇA VMware vSphere Enterprise Plus 7 -com 36 meses

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Situação: Fracassado

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 7

Código do item: 00012147-9

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VSPHERE 7 ENTERPRISE PLUS PARA 1 PROCESSADOR

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 20,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA

Identificação do fornecedor: F000721

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 2.112.040,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 7

Código do item: 00012147-9

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VSPHERE 7 ENTERPRISE PLUS PARA 1 PROCESSADOR

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 20,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 20,0000

Valor unitário: R\$ 105.602,0000

Valor total: R\$ 2.112.040,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 15:00:27	05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	R\$ 62.305,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 15:23:44	A proposta do fornecedor 05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA não foi aceita, pelo seguinte motivo: A empresa manifestou em lote que não será possível chegar no valor de referência..

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
-------------	--------

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 8

Descrição:

LICENÇA VMware vRealize Operations Standard

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Situação: Fracassado

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 8

Código do item: 00010105-2

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VREALIZE

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 20,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA

Identificação do fornecedor: F000877

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 894.320,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 8

Código do item: 00010105-2

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VREALIZE

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 20,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 20,0000

Valor unitário: R\$ 44.716,0000

Valor total: R\$ 894.320,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 15:00:48	05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	R\$ 25.488,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
29/11/2022 16:08:44	A proposta do fornecedor 05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA não foi aceita, pelo seguinte motivo: A empresa manifestou que não será possível chegar ao valor de referência .

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Lote: 9

Descrição:

VMware vCenter Server 7

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Situação: Fracassado

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 9

Código do item: 00012146-0

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VCENTER SERVER 7

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 1,0000

PROPOSTAS:

Fornecedor:

05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA

Identificação do fornecedor: F000916

Situação da proposta: Classificada

Valor total: R\$ 165.064,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 9

Código do item: 00012146-0

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE VMWARE VCENTER SERVER 7

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade solicitada: 1,0000

Quantidade proposta pelo fornecedor: 1,0000

Valor unitário: R\$ 165.064,0000

Valor total: R\$ 165.064,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor unitário (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
29/11/2022 15:01:13	05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	R\$ 95.737,0000	Não

Aceitação de fornecedor

Data / hora	Evento
-------------	--------

Data / hora	Evento
29/11/2022 16:09:01	A proposta do fornecedor 05.407.609/0001-01 - ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA não foi aceita, pelo seguinte motivo: A empresa manifestou que não será possível chegar ao valor de referência .

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo recursal, conforme preconiza a alínea a, inciso XXVII, do artigo 12º, do Decreto 44.786/2008, nenhum fornecedor manifestou a intenção de interpor recurso.

Suspensões e reativações do lote

Data / hora	Evento
30/11/22 10:13	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 14:06	Reativação
29/11/22 16:10	Suspensão Motivo: Análise de documentação Data e hora prevista para reativação: 30/11/2022 14:00
30/11/22 10:08	Reativação

Mensagens de chat

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
30/11/2022 14:27:52	Pregoeiro	-	Qualquer contato deverá ser feito por email ou telefone
30/11/2022 14:27:37	Pregoeiro	-	Sessão encerrada
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	9	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	8	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	7	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	6	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	5	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	4	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	3	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	2	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:27:03	Portal de compras	1	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 30/11/2022, às 14:27. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
30/11/2022 14:16:38	Pregoeiro	-	Iniciado prazo para manifestação de recurso
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	9	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	8	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	7	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	6	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	5	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	4	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	3	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	2	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.
30/11/2022 14:16:25	Portal de compras	1	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 30/11/2022, às 14:16.

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
30/11/2022 14:15:52	Portal de compras	6	O fornecedor 21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
30/11/2022 14:15:39	Portal de compras	5	O fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
30/11/2022 14:15:22	Portal de compras	4	O fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
30/11/2022 14:15:04	Portal de compras	3	O fornecedor 12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
30/11/2022 14:14:43	Portal de compras	2	O fornecedor 57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
30/11/2022 14:14:20	Portal de compras	1	O fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
30/11/2022 14:13:48	Pregoeiro	-	informo que a documentação dos lotes foram aceitas e as propostas
30/11/2022 14:13:31	Pregoeiro	-	Em sequência ao pregão
30/11/2022 14:12:31	Pregoeiro	-	fica registrado em ata o ocorrido
30/11/2022 14:10:18	Pregoeiro	-	Caso a empresa esteja na sessão favor manifestar sob a correção da vigência na proposta
30/11/2022 14:09:53	Pregoeiro	-	Por se tratar de erro material. A proposta foi corrigida e enviada por email, corrigindo a vigência
30/11/2022 14:09:22	Pregoeiro	-	Informo que o fornecedor F561 em sua proposta comercial, informou a vigência de 12 meses para a licença, porém a licença tem a vigência de 24 meses
30/11/2022 14:07:19	Pregoeiro	-	Boa tarde!
30/11/2022 14:06:33	Portal de compras	-	O pregão 0000000317/2022 foi reativado.
30/11/2022 10:13:25	Portal de compras	-	O pregão 0000000317/2022 foi suspenso. O motivo informado foi: " Análise de documentação ". O pregão deve ser reativado dia 30/11/2022 às 14:00 h.
30/11/2022 10:08:14	Portal de compras	-	O pregão 0000000317/2022 foi reativado.
29/11/2022 16:10:23	Portal de compras	-	O pregão 0000000317/2022 foi suspenso. O motivo informado foi: " Análise de documentação ". O pregão deve ser reativado dia 30/11/2022 às 14:00 h.
29/11/2022 16:09:54	Pregoeiro	-	Retornaremos amanhã na sessão as 14hs.
29/11/2022 16:09:38	Pregoeiro	-	Prezados licitantes, informo que a sessão será suspensão para análise de documentação.
29/11/2022 16:09:17	Pregoeiro	-	Agradeço a manifestação em chat

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
29/11/2022 16:09:01	Portal de compras	9	A proposta do fornecedor F000916 para esse lote foi rejeitada. O motivo da não aceitação da proposta, de acordo com o pregoeiro da sessão, é: "A empresa manifestou que não será possível chegar ao valor de referência ".
29/11/2022 16:08:45	Portal de compras	8	A proposta do fornecedor F000877 para esse lote foi rejeitada. O motivo da não aceitação da proposta, de acordo com o pregoeiro da sessão, é: "A empresa manifestou que não será possível chegar ao valor de referência ".
29/11/2022 16:08:30	Fornecedor F000916	9	Não será possível chegar no valor de referência do lote 9.
29/11/2022 16:08:20	Fornecedor F000877	8	Não será possível chegar no valor de referência do lote 8.
29/11/2022 16:06:02	Pregoeiro	9	F916 favor manifestar sob sua desclassificação
29/11/2022 16:05:14	Pregoeiro	8	Necessario manifestar com o login
29/11/2022 16:05:07	Pregoeiro	8	F877 favor manifestar sob sua desclassificação
29/11/2022 15:59:38	Portal de compras	6	A proposta do fornecedor 21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 53.142,0000.
29/11/2022 15:59:38	Portal de compras	6	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
29/11/2022 15:57:03	Portal de compras	5	A proposta do fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 145.600,0000.
29/11/2022 15:57:03	Portal de compras	5	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
29/11/2022 15:54:29	Portal de compras	4	A proposta do fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 104.000,0000.
29/11/2022 15:54:29	Portal de compras	4	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
29/11/2022 15:52:11	Portal de compras	2	A proposta do fornecedor 57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 157.727,7000.
29/11/2022 15:52:11	Portal de compras	2	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
29/11/2022 15:50:52	Portal de compras	2	O fornecedor F000214 enviou o novo arquivo de proposta.

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
29/11/2022 15:47:47	Portal de compras	1	A proposta do fornecedor 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 16.800,0000.
29/11/2022 15:47:47	Portal de compras	1	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
29/11/2022 15:42:47	Portal de compras	4	O fornecedor F000461 enviou o novo arquivo de proposta.
29/11/2022 15:39:12	Portal de compras	6	O fornecedor F000603 enviou o novo arquivo de proposta.
29/11/2022 15:38:43	Portal de compras	5	O fornecedor F000561 enviou o novo arquivo de proposta.
29/11/2022 15:37:20	Portal de compras	1	O fornecedor F000198 enviou o novo arquivo de proposta.
29/11/2022 15:32:58	Portal de compras	3	A proposta do fornecedor 12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 137.000,0000.
29/11/2022 15:32:58	Portal de compras	3	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
29/11/2022 15:27:31	Portal de compras	3	O fornecedor F000385 enviou o novo arquivo de proposta.
29/11/2022 15:27:16	Pregoeiro	-	F916 aguardo manifestação.
29/11/2022 15:27:05	Pregoeiro	-	F877 aguardo manifestação.
29/11/2022 15:26:47	Pregoeiro	-	Lotes 1,2,3,4,5 e 6 favor enviarem proposta ajustada
29/11/2022 15:26:03	Portal de compras	6	Fornecedor F000603 favor acessar o lote 6 e enviar o novo arquivo de proposta.#linkPregao{Clique aqui enviar o arquivo, urlAcessoPropostaPregao, 149897,
29/11/2022 15:25:49	Portal de compras	5	Fornecedor F000561 favor acessar o lote 5 e enviar o novo arquivo de proposta.#linkPregao{Clique aqui enviar o arquivo, urlAcessoPropostaPregao, 149897,
29/11/2022 15:25:35	Portal de compras	4	Fornecedor F000461 favor acessar o lote 4 e enviar o novo arquivo de proposta.#linkPregao{Clique aqui enviar o arquivo, urlAcessoPropostaPregao, 149897,
29/11/2022 15:25:22	Portal de compras	3	Fornecedor F000385 favor acessar o lote 3 e enviar o novo arquivo de proposta.#linkPregao{Clique aqui enviar o arquivo, urlAcessoPropostaPregao, 149897,
29/11/2022 15:25:08	Portal de compras	2	Fornecedor F000214 favor acessar o lote 2 e enviar o novo arquivo de proposta.#linkPregao{Clique aqui enviar o arquivo, urlAcessoPropostaPregao, 149897,
29/11/2022 15:24:40	Portal de compras	1	Fornecedor F000198 favor acessar o lote 1 e enviar o novo arquivo de proposta.#linkPregao{Clique aqui enviar o arquivo, urlAcessoPropostaPregao, 149897,

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
29/11/2022 15:23:44	Portal de compras	7	A proposta do fornecedor F000721 para esse lote foi rejeitada. O motivo da não aceitação da proposta, de acordo com o pregoeiro da sessão, é: "A empresa manifestou em lote que não será possível chegar no valor de referência.".
29/11/2022 15:23:18	Portal de compras	9	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 15:23:00	Pregoeiro	7	Sendo assim irei realizar sua desclassificação. O lote será fracassado.
29/11/2022 15:22:41	Fornecedor F000721	7	Não será possível chegar no valor de referência do lote 7.
29/11/2022 15:21:48	Pregoeiro	7	F721 será possível chegar no valor de referência?
29/11/2022 15:21:10	Portal de compras	7	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 15:20:30	Pregoeiro	8	F877 será possível chegar no valor de referência?
29/11/2022 15:19:01	Portal de compras	8	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 15:18:18	Portal de compras	9	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000916 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 15:17:11	Fornecedor F000721	7	Ok
29/11/2022 15:16:10	Portal de compras	7	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000721 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 15:15:53	Portal de compras	7	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 15:14:56	Pregoeiro	-	F721 seguirem o rito do pregão. Em poucos momentos solicitarei sua manifestação em cada lote para sua desclassificação.
29/11/2022 15:14:01	Portal de compras	8	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000877 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 15:11:37	Portal de compras	8	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 15:11:01	Fornecedor F000721	7	Sim, para ambos os lotes citados.
29/11/2022 15:09:48	Pregoeiro	-	Prezado F721, a informação sera para os lotes 7, 8 e 9?
29/11/2022 15:08:37	Fornecedor F000721	7	Infelizmente não conseguiremos chegar nos valores de referência para a contratação.
29/11/2022 15:08:14	Fornecedor F000721	7	Boa tarde, Pregoeira!

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
29/11/2022 15:07:49	Portal de compras	9	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 15:07:17	Pregoeiro	-	Agradeço os lances, mas para que seja possível a aquisição os valores devem ser iguais ou menores que os referência
29/11/2022 15:06:24	Portal de compras	8	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 15:06:24	Portal de compras	7	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 15:06:24	Portal de compras	9	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 14:54:56	Pregoeiro	-	lote 9 - R\$82.532,00
29/11/2022 14:54:42	Pregoeiro	-	lote 8 - R\$22.358,00
29/11/2022 14:54:28	Pregoeiro	-	lote 7 - R\$52.801,00
29/11/2022 14:54:00	Pregoeiro	-	Os valores de referência e considerados o máximo para a contratação são os seguintes?
29/11/2022 14:51:24	Portal de compras	8	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 14:51:24	Portal de compras	9	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 14:51:24	Portal de compras	7	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 14:51:20	Pregoeiro	-	irei iniciar a sessão dos três lotes ao mesmo tempo
29/11/2022 14:51:03	Pregoeiro	-	sendo apenas um licitante em cada lote
29/11/2022 14:50:13	Pregoeiro	-	Informo que quanto aos lotes 7, 8 e 9 estão acima do valor de referência
29/11/2022 14:48:50	Portal de compras	6	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 14:43:50	Portal de compras	6	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000642 e F000603 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 14:43:44	Portal de compras	6	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 14:36:35	Portal de compras	6	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 14:21:48	Pregoeiro	6	iniciado a sessão de lances para o lote 6
29/11/2022 14:21:35	Portal de compras	6	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 14:21:11	Portal de compras	5	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 14:16:11	Portal de compras	5	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000502, F000561 e F000585 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 14:16:05	Portal de compras	5	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
29/11/2022 14:15:27	Portal de compras	5	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 14:00:42	Pregoeiro	5	Sessão de lances iniciada para o lote 5
29/11/2022 14:00:27	Portal de compras	5	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 14:00:22	Pregoeiro	5	Boa tarde
29/11/2022 14:00:07	Portal de compras	-	Todos os fornecedores foram desbloqueados no chat.
29/11/2022 11:53:02	Portal de compras	-	Todos os fornecedores foram bloqueados no chat.
29/11/2022 11:52:45	Pregoeiro	-	Faremos uma pausa para almoço e retornaremos as 14hs de hoje.
29/11/2022 11:52:21	Portal de compras	4	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 11:47:21	Portal de compras	4	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000463, F000461 e F000418 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 11:47:15	Portal de compras	4	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 11:41:04	Portal de compras	4	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 11:26:17	Pregoeiro	4	Iniciada a etapa de lances
29/11/2022 11:26:04	Portal de compras	4	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 11:25:59	Portal de compras	3	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 11:20:59	Portal de compras	3	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000387, F000327 e F000385 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 11:17:35	Portal de compras	3	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 11:15:07	Portal de compras	3	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 11:00:20	Pregoeiro	3	Sessão iniciada para o lote 3
29/11/2022 11:00:07	Portal de compras	3	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 10:59:49	Portal de compras	2	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 10:54:49	Portal de compras	2	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000247, F000214 e F000205 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 10:54:43	Portal de compras	2	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 10:53:02	Portal de compras	2	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
29/11/2022 10:38:20	Pregoeiro	2	Iniciada a sessão de lances para o lote 2
29/11/2022 10:38:02	Portal de compras	2	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 10:37:56	Portal de compras	1	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
29/11/2022 10:32:56	Portal de compras	1	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000198, F000157 e F000141 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
29/11/2022 10:32:45	Portal de compras	1	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
29/11/2022 10:25:24	Portal de compras	1	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
29/11/2022 10:12:55	Portal de compras	1	O lance do fornecedor F000198 foi excluído.
29/11/2022 10:12:45	Portal de compras	1	O fornecedor F000198 solicitou a exclusão de seu último lance para esse lote.
29/11/2022 10:10:35	Pregoeiro	1	Sessão do lote 1 iniciada
29/11/2022 10:10:24	Portal de compras	1	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
29/11/2022 10:04:12	Pregoeiro	1	Bom dia Srs. Fornecedores! Sou a Pregoeira Bárbara de Araújo Meireles, estamos iniciando a sessão deste certame em nome da Defensoria Pública de Minas Gerais. Agradecemos a todos pela participação e desejamos uma boa sorte.
29/11/2022 10:03:52	Portal de compras	-	A sessão do pregão foi iniciada.

Ocorrências relevantes

Atuações de pregoeiros durante a sessão do pregão

Data / hora	Pregoeiro anterior	Novo pregoeiro
29/11/2022 10:03:50	-	M1213889 - BARBARA ARAUJO MEIRELES

Atas anteriores

Nº da ata	Data/hora da geração	Lote
1	29/11/22 16:06	-

BARBARA ARAUJO MEIRELES - Pregoeiro Titular

HELBERT BRUNO PAULINO LOURENCO - Pregoeiro Suplente

Equipe de apoio

HENRIQUE CASTRO BOAVENTURA



Termo de conclusão do pregão

Órgão ou entidade:

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Pregão eletrônico para registro de preços - 0000000317/2022

Às 15:47:42 horas do dia 14 de Dezembro de 2022, após constatadas as regularidades dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. (a) RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS homologa e conclui o pregão para registro de preços de AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE.

Resultado do pregão

Lote: 1

Descrição:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Situação: Homologado

Regra de participação: Exclusiva para ME/EPP

Registro de preços confirmados pelo:

Pregoeiro

Para:

Classificação	Fornecedor	Valor do último lance/proposta (R\$)	Percentual de economia sobre o preço de referência(%)
1	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.400,00	15,29 %

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 4

Código do item: 00010212-1

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 7,0000

Registro de preços confirmados para os fornecedores

Fornecedor: 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Especificação do item:

true

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade proposta pelo fornecedor: 7

Valor unitário: R\$ 2.400,0000

Valor total: R\$ 16.800,00

Lote: 2

Descrição:

LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD

Situação: Homologado

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Justificativa para mudança na regra de participação:

-

Descritivo da justificativa: -

Registro de preços confirmados pelo:

Pregoeiro

Para:

Classificação	Fornecedor	Valor do último lance/proposta (R\$)	Percentual de economia sobre o preço de referência(%)
1	57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	R\$ 15.772,77	10,79 %

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 1

Código do item: 00009484-6

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 10,0000

Registro de preços confirmados para os fornecedores

Fornecedor: 57.142.978/0001-05 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA

Especificação do item:

true

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade proposta pelo fornecedor: 10

Valor unitário: R\$ 15.772,7700

Valor total: R\$ 157.727,70

Lote: 3

Descrição:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE

Situação: Homologado

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Justificativa para mudança na regra de participação:

-

Descritivo da justificativa: -

Registro de preços confirmados pelo:

Pregoeiro

Para:

Classificação	Fornecedor	Valor do último lance/proposta (R\$)	Percentual de economia sobre o preço de referência(%)
1	12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R\$ 3.425,00	25,31 %

Nº do item no lote: 1**Nº do item no planejamento:** 2**Código do item:** 00011190-2**Tipo:** Serviço**Especificação do item:**

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE

Possui similar: Não**Unidade de aquisição/fornecimento:** UNIDADE**Quantidade solicitada:** 40,0000**Registro de preços confirmados para os fornecedores****Fornecedor:** 12.007.998/0001-35 - PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

true

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE

Marca: -**Modelo:** -**Frequência de entrega:** Anual**Localidade:** Belo Horizonte**Informações adicionais:**

Belo Horizonte

Quantidade proposta pelo fornecedor: 40**Valor unitário:** R\$ 3.425,0000**Valor total:** R\$ 137.000,00**Lote:** 4**Descrição:**

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Situação: Homologado**Regra de participação:** Aberta a todos licitantes**Justificativa para mudança na regra de participação:**

-

Descritivo da justificativa: -**Registro de preços confirmados pelo:**

Pregoeiro

Para:

Classificação	Fornecedor	Valor do último lance/proposta (R\$)	Percentual de economia sobre o preço de referência(%)
1	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.000,00	20,00 %

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 3

Código do item: 00012191-6

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 52,0000

Registro de preços confirmados para os fornecedores

Fornecedor: 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Especificação do item: true

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade proposta pelo fornecedor: 52

Valor unitário: R\$ 2.000,0000

Valor total: R\$ 104.000,00

Lote: 5

Descrição:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP

Situação: Homologado

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Justificativa para mudança na regra de participação:

-

Descritivo da justificativa: -

Registro de preços confirmados pelo:

Pregoeiro

Para:

Classificação	Fornecedor	Valor do último lance/proposta (R\$)	Percentual de economia sobre o preço de referência(%)
1	19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA	R\$ 2.800,00	12,50 %

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 5

Código do item: 00012199-1

Tipo: Serviço

Especificação do item:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Quantidade solicitada: 52,0000

Registro de preços confirmados para os fornecedores

Fornecedor: 19.885.972/0001-39 - DUOWARE SOFTWARES LTDA

Especificação do item: true

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade proposta pelo fornecedor: 52

Valor unitário: R\$ 2.800,0000

Valor total: R\$ 145.600,00

Lote: 6

Descrição:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD

Situação: Homologado

Regra de participação: Exclusiva para ME/EPP

Registro de preços confirmados pelo:

Pregoeiro

Para:

Classificação	Fornecedor	Valor do último lance/proposta (R\$)	Percentual de economia sobre o preço de referência(%)
1	21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R\$ 8.857,00	13,35 %

Nº do item no lote: 1

Nº do item no planejamento: 6

Código do item: 00011420-0

Tipo: Serviço

Especificação do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 1 UNIDADE

Quantidade solicitada: 6,0000

Registro de preços confirmados para os fornecedores

Fornecedor: 21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI

Especificação do item: true

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Marca: -

Modelo: -

Frequência de entrega: Anual

Localidade: Belo Horizonte

Informações adicionais:

Belo Horizonte

Quantidade proposta pelo fornecedor: 6

Valor unitário: R\$ 8.857,0000

Valor total: R\$ 53.142,00

Lote: 7

Descrição:

LICENÇA VMware vSphere Enterprise Plus 7 -com 36 meses

Situação: Homologado

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Justificativa para mudança na regra de participação:

-

Descritivo da justificativa: -

Uma vez que o lote foi fracassado, não há vencedor.

Lote: 8

Descrição:

LICENÇA VMware vRealize Operations Standard

Situação: Homologado

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Justificativa para mudança na regra de participação:

-

Descritivo da justificativa: -

Uma vez que o lote foi fracassado, não há vencedor.

Lote: 9

Descrição:

VMware vCenter Server 7

Situação: Homologado

Regra de participação: Aberta a todos licitantes

Justificativa para mudança na regra de participação:

-

Descritivo da justificativa: -

Uma vez que o lote foi fracassado, não há vencedor.

De um total de 9 lotes, foram obtidos:

	Quantidade	Porcentagem (%)
Lotes com preços registrados	6	66,67 %
Lotes desertos	0	0,00 %
Lotes fracassados	3	33,33 %
Lotes revogados	0	0,00 %
Lotes anulados	0	0,00 %
Lotes homologados (com preços registrados, desertos, fracassados)	9	100,00 %

(*) Os valores indicados com esse símbolo indicam valores que foram negociados com o fornecedor após a conclusão da sessão de lances.

(**) Os valores indicados com esse símbolo indicam valores que houve alteração conforme fração de redução no valor final.

(°) Os valores indicados com esse símbolo indicam valores onde ocorreu a dedução do ICMS de acordo com a Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 4264, de 21 de outubro de 2010.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - DETALHADO

Número do mapa: 1441003 000297/2022

Pedido de material e serviço: 1441003 000274/2022

Data de criação: 20/12/2022

Responsável: HELBERT BRUNO PAULINO LOURENCO

Objetivo:

Instruir o pedido de compras - Disponibilidade orçamentária

Instruir o Processo de compras

Itens do mapa

Nº	Código do item	Desc. do item de material	Unid. de aquisição	Quantitativo orçado	Valor mínimo (R\$)	Valor máximo (R\$)	Valor de referência unitário(R\$)	Valor de referência total (R\$)	(*) Justificativas para menos 3 orçamentos
1	000114200	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK	1,00 UNIDADE	6,0000	8.857,0000	8.857,0000	8.857,0000	53.142,00	2
Total orçado:								53.142,00	

Detalhamento do preço de referência

Nº: 1 Código do item de material ou serviço: 000114200 Unidade de aquisição: 1,00 UNIDADE

Descrição do item:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Itens que compõem o preço

Origem do item de mapa / Origem do preço	Nº de referência do preço	Processo de compra / item	Qtde.	Data de homologação / Data de Inserção	Marca / Modelo	Procedimento de contratação	Fornecedor	Preço unitário reajustado (R\$)	(*) Justificativas de desabilitação
Ata de registro de preço / -	-	-	-	20/12/2022 14:52	- / -	-	21.550.873/0001-48 - WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	8.857,0000	-

Itens desconsiderados

nenhum item desconsiderado

Itens desativados

(*) Justificativas para desabilitação de valor utilizado no cálculo do preço de referência:

- 1 - Incompatibilidade na quantidade total adquirido
- 2 - Local de compra interfere no preço
- 3 - Marca ou modelos incompatíveis
- 4 - Influência da frequência de entrega sobre o preço
- 5 - Sazonalidade de preço
- 6 - Influência das condições comerciais sobre o preço
- 7 - Preço abaixo do padrão para o item
- 8 - Preço acima do padrão para o item
- 9 - Modalidade de contratação influencia o preço
- 10 - Outra (Verifique no site do Portal de Compras)

(*) Justificativas para menos de 3 orçamentos:

- 1 - Preço tabelado
- 2 - Preço para adesão
- 3 - Somente estes fornecedores retornaram pesquisa de preços
- 4 - Conforme nota técnica ou explicação inserida no processo
- 5 - Outra (Verifique no site do Portal de Compras)
- 6 - Avaliação de bem para alienação

O Mapa Comparativo de Preços foi elaborado de acordo com a Resolução Conjunta SEPLAG/CGE nº 9447, de 15 de Dezembro de 2015, disponível para consulta no link BANCO DE NORMAS GESTÃO LOGÍSTICA PATRIMÔNIO - CADASTROS - SISMP do site www.compras.mg.gov.br.

HELBERT BRUNO PAULINO LOURENCO



Relatório de detalhes do processo de compra

Nº do processo: 1441003 000158/2022

Órgão ou entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Situação: Gerado

Objeto do processo:

Licenças de softwares

Condições de Pagamento: De acordo com o estabelecido em contrato

Procedimento de contratação:

Registro de preços realizado no SIRP

Tipo de licitação: Menor Preço

Critério de julgamento: Por lote

Data do cadastramento: 19/12/2022

Valor total previsto: R\$ 518.969,70

Dotações orçamentárias:

UO	FUN	SUBF	PRG	ID P/A	C/A	Natureza de despesa				ITEM	IPG	F	IPU
						C	GD	M	ED				
1441	3	92	726	4150	1	3	3	90	40	2	0	10	1
1441	3	92	726	4150	1	4	4	90	40	6	0	10	1

Itens do processo:

Número do item: 7

Código do item: 000102121

Especificação do item de material ou serviço:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO

Natureza de despesa: 03 - SERVICOS

Prazo de entrega: -

Garantia mínima: -

Quantidade: 5,0000

Unidade de aquisição / fornecimento: 1,00 UNIDADE

Preço de referência: 2400,0000

Origem: Banco de melhores preços

Item Planejado: Não

Situação: Gerado

Frequência de entrega: Anual

Cidade: Belo Horizonte

Pedido: 1441003 000273/2022

Quantidade: 5,0000

Elemento-item de despesa: 4002 - SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Preço de referência: 2400,0000

Origem: Banco de melhores preços

Unidade responsável: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Unidade contábil: 1440011

Unidade orçamentária: 1441 - DEF PUB

Local de entrega:

através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

Linha de fornecimento:

SOFTWARES

Justificativa da aquisição:

-

Solicitação:

Nº da solicitação: 1441003 000278/2022

Quantidade: 5,0000

Unidade solicitante: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Justificativa:

Aquisição de softwares para atender as demandas da TI/DPMG.

Número do item: 8

Código do item: 000121916

Especificação do item de material ou serviço:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM

Natureza de despesa: 03 - SERVICOS

Prazo de entrega: -

Garantia mínima: -

Quantidade: 36,0000

Unidade de aquisição / fornecimento: 1,00 UNIDADE

Preço de referência: 2000,0000

Origem: Banco de melhores preços

Item Planejado: Não

Situação: Gerado

Frequência de entrega: Anual

Cidade: Belo Horizonte

Pedido:	1441003 000273/2022	Quantidade:	36,0000
Elemento-item de despesa: 4002 - SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO			
Preço de referência:	2000,0000	Origem:	Banco de melhores preços
Unidade responsável: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS			
Unidade contábil: 1440011			
Unidade orçamentária: 1441 - DEF PUB			
Local de entrega:			
através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.			
Linha de fornecimento:			
SOFTWARES			
Justificativa da aquisição:			
-			
Solicitação:			
Nº da solicitação: 1441003 000278/2022			
Quantidade: 36,0000			
Unidade solicitante: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS			
Justificativa:			
Aquisição de softwares para atender as demandas da TI/DPMG.			

Número do item:	9	Código do item:	000094846
------------------------	---	------------------------	-----------

Especificação do item de material ou serviço:			
SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS COMPLETE			
Natureza de despesa: 03 - SERVICOS			
Prazo de entrega: -			
Garantia mínima: -			
Quantidade: 10,0000			
Unidade de aquisição / fornecimento: 1,00 UNIDADE			
Preço de referência:	15772,7700	Origem:	Banco de melhores preços
Item Planejado: Não			
Situação: Gerado			
Frequência de entrega: Anual			
Cidade: Belo Horizonte			

Pedido:	1441003 000273/2022	Quantidade:	10,0000
Elemento-item de despesa: 4002 - SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO			
Preço de referência:	15772,7700	Origem:	Banco de melhores preços

Unidade responsável: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Unidade contábil: 1440011

Unidade orçamentária: 1441 - DEF PUB

Local de entrega:

através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

Linha de fornecimento:

SOFTWARES

Justificativa da aquisição:

-

Solicitação:

Nº da solicitação: 1441003 000278/2022

Quantidade: 10,0000

Unidade solicitante: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Justificativa:

Aquisição de softwares para atender as demandas da TI/DPMG.

Número do item: 10

Código do item: 000121991

Especificação do item de material ou serviço:

SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP

Natureza de despesa: 03 - SERVICOS

Prazo de entrega: -

Garantia mínima: -

Quantidade: 36,0000

Unidade de aquisição / fornecimento: UNIDADE

Preço de referência: 2800,0000

Origem: Banco de melhores preços

Item Planejado: Não

Situação: Gerado

Frequência de entrega: Anual

Cidade: Belo Horizonte

Pedido: 1441003 000273/2022

Quantidade: 36,0000

Elemento-item de despesa: 4002 - SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Preço de referência: 2800,0000

Origem: Banco de melhores preços

Unidade responsável: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Unidade contábil: 1440011

Unidade orçamentária: 1441 - DEF PUB

Local de entrega:

através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

Linha de fornecimento:

SOFTWARES

Justificativa da aquisição:

-

Solicitação:

Nº da solicitação: 1441003 000278/2022

Quantidade: 36,0000

Unidade solicitante: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Justificativa:

Aquisição de softwares para atender as demandas da TI/DPMG.

Número do item: 11

Código do item: 000111902

Especificação do item de material ou serviço:

SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE

Natureza de despesa: 03 - SERVICOS

Prazo de entrega: -

Garantia mínima: -

Quantidade: 36,0000

Unidade de aquisição / fornecimento: UNIDADE

Preço de referência: 3425,0000

Origem: Banco de melhores preços

Item Planejado: Não

Situação: Gerado

Frequência de entrega: Anual

Cidade: Belo Horizonte

Pedido: 1441003 000273/2022

Quantidade: 36,0000

Elemento-item de despesa: 4002 - SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Preço de referência: 3425,0000

Origem: Banco de melhores preços

Unidade responsável: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Unidade contábil: 1440011

Unidade orçamentária: 1441 - DEF PUB

Local de entrega:

através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

Linha de fornecimento:

SOFTWARES

Justificativa da aquisição:

-

Solicitação:

Nº da solicitação: 1441003 000278/2022

Quantidade: 36,0000

Unidade solicitante: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Justificativa:

Aquisição de softwares para atender as demandas da TI/DPMG.

Número do item: 12

Código do item: 000114200

Especificação do item de material ou serviço:

LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE WINDOWS SERVER 2022 STANDARD 16-CORE PACK

Natureza de despesa: 03 - SERVICOS

Prazo de entrega: -

Garantia mínima: -

Quantidade: 6,0000

Unidade de aquisição / fornecimento: 1,00 UNIDADE

Preço de referência: 8857,0000

Origem: Banco de melhores preços

Item Planejado: Não

Situação: Gerado

Frequência de entrega: Anual

Cidade: Belo Horizonte

Pedido: 1441003 000274/2022

Quantidade: 6,0000

Elemento-item de despesa: 4006 - AQUISICAO DE SOFTWARE

Preço de referência: 8857,0000

Origem: Banco de melhores preços

Unidade responsável: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Unidade contábil: 1440005

Unidade orçamentária: 1441 - DEF PUB

Local de entrega:

através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

Linha de fornecimento:

SOFTWARES

Justificativa da aquisição:

-

Solicitação:

Nº da solicitação: 1441003 000279/2022

Quantidade: 6,0000

Unidade solicitante: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Justificativa:

Aquisição de softwares para atender as demandas da TI/DPMG.

CONTRATO**CONTRATO Nº 9370960/2022
CELEBRADO ENTRE A
DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS E
PISONTEC COMERCIO E
SERVICOS EM TECNOLOGIA
DA INFORMACAO EIRELI.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Guajajaras, nº. 1.707, Barro Preto, CNPJ nº. 05.599.094/0001-80, neste ato representado pelo seu DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, MADEP 0472, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE** e a empresa **PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**, estabelecida na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1038, sala 03 CXPST 118, Bairro Novo, na cidade Olinda, no Estado Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 12.007.998/0001-35, neste ato representada por seu representante legal **DEBORAH CARLOS DELGADO**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado do Registro de Preço Planjamento nº 317/2022, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual nº. 14.167/2002, Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, Decreto Estadual de nº. 44.786/2008, Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência, Anexo I, do Edital de Licitação e na proposta da **CONTRATADA** que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 123.300,00** (cento e vinte e três mil e trezentos reais).

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE –ULTIMA VERSAO - 12 meses	36	Uind	3.425,00	123.300,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES COMERCIAIS**3.1 DAS LICENÇAS**

3.1.1 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças. Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

3.2 DA GARANTIA

3.2.1 O fornecedor deve oferecer prazo de garantia compatível com o prazo de vigência das licenças, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

3.2.2 Constatada a necessidade de troca do produto no ato do recebimento, ela deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação do defeito/reparo à Contratada feita pelo Contratante.

3.2.3 A Contratada deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

4.2 Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

4.3 Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados:

6.2 Para a Gestão da contratação, o Diretor de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos;

6.3 Para a Fiscalização da contratação, o Diretor de Informação de Dados, sendo este o Agente Fiscalizador.

6.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Agente Fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

6.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, tal como definido pela lei civil.

6.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso ele afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

6.7 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

6.8 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1 O fornecedor habilitado em 1º lugar deverá fornecer as licenças conforme especificação contida no anexo 1 deste Termo de Referência, a contar da data da Ordem de Serviço.

8.1.2 Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.1.3 Entregar os softwares com as respectivas mídias e/ou link para Download, bem como as licenças de uso nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.4 Entregar os softwares no local indicado neste Termo de Referência.

8.1.5 Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a DPMG, os produtos devolvidos em razão de divergências entre a Licença entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.1.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

8.1.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela DPMG, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.1.8 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.1.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à DPMG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1 Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da contratada, após a entrega do objeto e recebimento definitivo.

8.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

8.2.3 Rejeitar os objetos que não atendam aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo.

8.2.4 Supervisionar a execução do objeto por intermédio do representante designado pela CONTRATANTE.

8.2.5 Notificar por escrito à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades constatadas no cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão das notas fiscais e o recebimento definitivo das licenças pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

9.2 Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.

9.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

9.4. As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **1441.03.092.726.4150.0001.339040.02.0.10.1**, da Lei em vigor nº 24.013/2021 e subseqüentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial do contrato caracteriza descumprimento das obrigações assumidas e permite a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

10.1.1. Advertência por escrito;

10.1.2. Multa de até:

10.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

10.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

10.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

10.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5.

10.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

10.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

10.7. As sanções relacionadas nos itens 10.1.3 a 10.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

10.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

10.8.1. Retardarem a execução do objeto;

10.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

10.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

10.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, previsto no art. 77 da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em forma resumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

14.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

14.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

14.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

14.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

14.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

14.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de

proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

14.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

14.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

14.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

14.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

14.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2. A execução deste contrato em todas suas cláusulas e os casos omissos, será regida em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e suas alterações posteriores.

E assim, justas e avençadas, as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas que também o fazem para os fins e efeitos de direito.

Belo Horizonte, de de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DEBORAH CARLOS DELGADO
PISONTEC COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI



Documento assinado eletronicamente por **Deborah Carlos Delgado**, **Usuário Externo**, em 23/12/2022, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, **Assessora**, em 26/12/2022, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**, **Defensora Pública-Geral**, em 26/12/2022, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0061152** e o código CRC **7B71C246**.

CONTRATO

**CONTRATO N°
9370963/2022
CELEBRADO
ENTRE A
DEFENSORIA
PÚBLICA DO
ESTADO DE
MINAS GERAIS E
WELTSOLUTIONS
SUPORTE EM
TECNOLOGIA
DA
INFORMACAO
EIRELI.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Guajajaras, nº. 1.707, Barro Preto, CNPJ nº. 05.599.094/0001-80, neste ato representado pelo seu DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, MADEP 0472, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE** e a empresa **WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**, estabelecida na Avenida Governador Carlos De Lima Cavalcante, 1710, Bairro Casa Caiada, na cidade Olinda, no Estado Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 21.550.873/0001-48, neste ato representada por seu representante legal **ESTELA GEISA CARVALHO DE PAULA LEITE**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado do Registro de Preço Planjamento nº 317/2022, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual nº. 14.167/2002, Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, Decreto Estadual de nº. 44.786/2008, Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência, Anexo I, do Edital de Licitação e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 53.142,00** (cinquenta e três mil cento e quarenta e dois reais).

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	---------------------	--------	-------	-------------------	-------------------

06	LICENCA DE USO PERPETUO DE SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD – 16 core	06	Unid	8.857,00	53.142,00
----	--	----	------	----------	-----------

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES COMERCIAIS

3.1 DAS LICENÇAS

3.1.1 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças. Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

3.2 DA GARANTIA

3.2.1 O fornecedor deve oferecer prazo de garantia compatível com o prazo de vigência das licenças, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

3.2.2 Constatada a necessidade de troca do produto no ato do recebimento, ela deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação do defeito/reparo à Contratada feita pelo Contratante.

3.2.3 A Contratada deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

4.2 Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

4.3 Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados:

6.2 Para a Gestão da contratação, o Diretor de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos;

6.3 Para a Fiscalização da contratação, o Diretor de Informação de Dados, sendo este o Agente Fiscalizador.

6.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Agente Fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

6.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, tal como definido pela lei civil.

6.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso ele afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

6.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº.

6.8 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1 O fornecedor habilitado em 1º lugar deverá fornecer as licenças conforme especificação contida no anexo 1 deste Termo de Referência, a contar da data da Ordem de Serviço.

8.1.2 Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.1.3 Entregar os softwares com as respectivas mídias e/ou link para Download, bem como as licenças de uso nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.4 Entregar os softwares no local indicado neste Termo de Referência.

8.1.5 Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a DPMG, os produtos devolvidos em razão de divergências entre a Licença entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.1.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

8.1.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela DPMG, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.1.8 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.1.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à DPMG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1 Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da contratada, após a entrega do objeto e recebimento definitivo.

8.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

8.2.3 Rejeitar os objetos que não atendam aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo.

8.2.4 Supervisionar a execução do objeto por intermédio do representante designado pela CONTRATANTE.

8.2.5 Notificar por escrito à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades constatadas no cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão das notas fiscais e o recebimento definitivo das licenças pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

9.2 Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.

9.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

9.4. As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **1441.03.092.726.4150.0001.449040.06.0.10.1**, da Lei em vigor nº 24.013/2021 e subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial do contrato caracteriza descumprimento das obrigações assumidas e permite a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

10.1.1. Advertência por escrito;

10.1.2. Multa de até:

10.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

10.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

10.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

10.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5.

10.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

10.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

10.7. As sanções relacionadas nos itens 10.1.3 a 10.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

10.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

10.8.1. Retardarem a execução do objeto;

10.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

10.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

10.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, previsto no art. 77 da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em forma resumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

14.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

14.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

14.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

14.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

14.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

14.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

14.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus

empregados e/ou colaboradores.

14.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

14.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

14.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

14.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2. A execução deste contrato em todas suas cláusulas e os casos omissos, será regida em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e suas alterações posteriores.

E assim, justas e avençadas, as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas que também o fazem para os fins e efeitos de direito.

Belo Horizonte, de de 2022.

**RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**ESTELA GEISA CARVALHO DE PAULA LEITE
WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**



Documento assinado eletronicamente por **Estela Geisa Carvalho de Paula Leite**, Usuário Externo, em 26/12/2022, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke, Assessora**, em 26/12/2022, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, Defensora Pública-Geral**, em 27/12/2022, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0061165** e o código CRC **C98E36D5**.

CONTRATO

CONTRATO
Nº
9371014/2022
CELEBRADO
ENTRE A
DEFENSORIA
PÚBLICA
DO ESTADO
DE MINAS
GERAIS E
DUOWARE
SOFTWARES
LTDA.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Guajajaras, nº. 1.707, Barro Preto, CNPJ nº. 05.599.094/0001-80, neste ato representado pelo seu DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, MADEP 0472, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE** e a empresa **DUOWARE SOFTWARES LTDA**, estabelecida na Rua Senador Dantas, 75, sala 2402 e 2403, Bairro Centro, na cidade Rio de Janeiro, no Estado Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 19.885.972/0001-39, neste ato representada por seu representante legal **Sr. OZILIO CAMPOS SIMAO**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado do Registro de Preço Planjamento nº 317/2022, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual nº. 14.167/2002, Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, Decreto Estadual de nº. 44.786/2008, Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência, Anexo I, do Edital de Licitação e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 184.800,00** (cento e oitenta e quatro mil e oitocentos reais).

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	SUBSCRICAO DE LICENCA DE SOFTWARE AXURE RP PRO – 12 meses	5	Unid	2.400,00	12.000,00
04	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE WEBSTORM – 24 meses	36	Unid	2.000,00	72.000,00
05	SUBSCRICAO DE LICENCA SOFTWARE DATAGRIP - 24meses	36	Unid	2.800,00	100.800,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES COMERCIAIS**3.1 DAS LICENÇAS**

3.1.1 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças. Entende-se como

atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

3.2 DA GARANTIA

3.2.1 O fornecedor deve oferecer prazo de garantia compatível com o prazo de vigência das licenças, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

3.2.2 Constatada a necessidade de troca do produto no ato do recebimento, ela deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação do defeito/reparo à Contratada feita pelo Contratante.

3.2.3 A Contratada deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

4.2 Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

4.3 Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados:

6.2 Para a Gestão da contratação, o Diretor de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos;

6.3 Para a Fiscalização da contratação, o Diretor de Informação de Dados, sendo este o Agente Fiscalizador.

6.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Agente Fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

6.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, tal como definido pela lei civil.

6.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso ele afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

6.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

6.8 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1 O fornecedor habilitado em 1º lugar deverá fornecer as licenças conforme especificação contida no anexo 1 deste Termo de Referência, a contar da data da Ordem de Serviço.

8.1.2 Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.1.3 Entregar os softwares com as respectivas mídias e/ou link para Download, bem como as licenças de uso nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.4 Entregar os softwares no local indicado neste Termo de Referência.

8.1.5 Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a DPMG, os produtos devolvidos em razão de divergências entre a Licença entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.1.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

8.1.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela DPMG, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.1.8 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.1.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à DPMG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

8.2. DA CONTRATANTE

- 8.2.1** Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da contratada, após a entrega do objeto e recebimento definitivo.
- 8.2.2** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- 8.2.3** Rejeitar os objetos que não atendam aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo.
- 8.2.4** Supervisionar a execução do objeto por intermédio do representante designado pela CONTRATANTE.
- 8.2.5** Notificar por escrito a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades constatadas no cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão das notas fiscais e o recebimento definitivo das licenças pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
- 9.2** Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.
- 9.3** Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.
- 9.4** As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **1441.03.092.726.4150.0001.339040.02.0.10.1**, da Lei em vigor nº 24.013/2021 e subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1.** O descumprimento total ou parcial do contrato caracteriza descumprimento das obrigações assumidas e permite a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:
 - 10.1.1.** Advertência por escrito;
 - 10.1.2.** Multa de até:
 - 10.1.2.1.** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
 - 10.1.2.2.** 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;
 - 10.1.2.3.** 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;
 - 10.1.3.** Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 10.1.4.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
 - 10.1.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 10.2.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5.
- 10.3.** A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.
- 10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.
- 10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 10.5.1.** Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 10.6.** A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 10.7.** As sanções relacionadas nos itens 10.1.3 a 10.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.
- 10.8.** As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
 - 10.8.1.** Retardarem a execução do objeto;
 - 10.8.2.** Comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.8.2.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
 - 10.8.3.** Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.
- 10.9.** Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 11.1.** O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, previsto no art. 77 da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em forma resumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

14.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

14.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

14.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

14.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

14.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

14.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

14.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

14.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

14.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

14.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

14.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2. A execução deste contrato em todas as cláusulas e os casos omissos, será regida em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e suas alterações posteriores.

E assim, justas e avençadas, as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas que

também o fazem para os fins e efeitos de direito.

Belo Horizonte, de de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

OZILIO CAMPOS SIMAO
DUOWARE SOFTWARES LTDA



Documento assinado eletronicamente por **Duoware Softwares Ltda** registrado(a) civilmente como **Ozilio Campos Simão** , Usuário Externo, em 26/12/2022, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, Assessora, em 26/12/2022, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**, Defensora Pública-Geral, em 27/12/2022, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0061192** e o código CRC **17B70B09**.

CONTRATO

**CONTRATO Nº
9371011/2022
CELEBRADO
ENTRE A
DEFENSORIA
PÚBLICA DO
ESTADO DE
MINAS
GERAIS E
BRASOFTWARE
INFORMATICA
LTDA.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Guajajaras, nº. 1.707, Barro Preto, CNPJ nº. 05.599.094/0001-80, neste ato representado pelo seu DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, **RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS**, MADEP 0472, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE** e a empresa **BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA**, estabelecida na Rua Marina La Regina, 227, 3º andar - sala: 11 a 15, Bairro Centro, na cidade Poa, no Estado São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 57.142.978/0001-05, neste ato representada por seu representante legal **WALTER FERREIRA DA SILVA JUNIOR**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado do Registro de Preço Planjemento nº 317/2022, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual nº. 14.167/2002, Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, Decreto Estadual de nº. 44.786/2008, Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência, Anexo I, do Edital de Licitação e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 157.727,70** (cento e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e sete reais e setenta centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	---------------------	--------	-------	-------------------------	-------------------------

2	LICENCA DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD -TODOS APPS(Photoshop, Ilustrador, InDesign, Acrobat Pro, Dimension, InCopy, Spark, Bridge, Capture, Dreamweaver, Animate, Lightroom, Premiere Pro, After Effects, Audition, Character Animator, SpeedGrade, Media Encoder, Prelude, Story Plus, Flash Professional, Flash Builder, Encore, Muse, Edge Reflow, Edge Code Edge Inspect, In Script, Extension Manager, ExtendScript Tollkit). – 36 meses	10	Unid	15.772,77	157.727,70
---	---	----	------	-----------	------------

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES COMERCIAIS

3.1 DAS LICENÇAS

3.1.1 A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante todo o período de vigência da aquisição das licenças. Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

3.2 DA GARANTIA

3.2.1 O fornecedor deve oferecer prazo de garantia compatível com o prazo de vigência das licenças, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme especificado neste Termo de Referência.

3.2.2 Constatada a necessidade de troca do produto no ato do recebimento, ela deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação do defeito/reparo à Contratada feita pelo Contratante.

3.2.3 A Contratada deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O prazo de entrega das licenças será de até 10 (dez) dias úteis a partir do envio da “Ordem de Serviço” à Contratada.

4.2 Os objetos licitados serão considerados recebidos depois de conferidos e atestados pelo responsável do setor requisitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos mesmos. Verificando-se defeitos e/ou não conformidade com as especificações a contratada será notificada para saná-los ou efetuar a devida troca, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento.

4.3 Em caso de irregularidades, os pagamentos serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DE ENTREGA

5.1 A entrega se dará por meio eletrônico, através do endereço de e-mail: sti.did@defensoria.mg.def.br.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados:

6.2 Para a Gestão da contratação, o Diretor de Desenvolvimento de Sistemas e Projetos;

6.3 Para a Fiscalização da contratação, o Diretor de Informação de Dados, sendo este o Agente Fiscalizador.

6.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Agente Fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

6.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, tal como definido pela lei civil.

6.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso ele afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

6.7 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

6.8 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1 O fornecedor habilitado em 1º lugar deverá fornecer as licenças conforme especificação contida no anexo 1 deste Termo de Referência, a contar da data da Ordem de Serviço.

8.1.2 Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.1.3 Entregar os softwares com as respectivas mídias e/ou link para Download, bem como as licenças de uso nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.1.4 Entregar os softwares no local indicado neste Termo de Referência.

8.1.5 Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a DPMG, os produtos devolvidos em razão de divergências entre a Licença entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.1.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

8.1.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela DPMG, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

8.1.8 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.1.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à DPMG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1 Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da contratada, após a entrega do objeto e recebimento definitivo.

8.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

8.2.3 Rejeitar os objetos que não atendam aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo.

8.2.4 Supervisionar a execução do objeto por intermédio do representante designado pela CONTRATANTE.

8.2.5 Notificar por escrito à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades constatadas no cumprimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão das notas fiscais e o recebimento definitivo das licenças pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

9.2 Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer bem, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.

9.3 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

9.4. As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **1441.03.092.726.4150.0001.339040.02.0.10.1**, da Lei em vigor nº 24.013/2021 e subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial do contrato caracteriza descumprimento das obrigações assumidas e permite a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

10.1.1. Advertência por escrito;

10.1.2. Multa de até:

10.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

10.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

10.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

10.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 10.1.1, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5.

10.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

10.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

10.7. As sanções relacionadas nos itens 10.1.3 a 10.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

10.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

10.8.1. Retardarem a execução do objeto;

10.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

10.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

10.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à

administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do art. 79, inciso II, combinado com o art. 78 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, previsto no art. 77 da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em forma resumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

14.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

14.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

14.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

14.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

14.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

14.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

14.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder

Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

14.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

14.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente

14.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

14.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

14.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2. A execução deste contrato em todas suas cláusulas e os casos omissos, será regida em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012 e suas alterações posteriores.

E assim, justas e avençadas, as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas que também o fazem para os fins e efeitos de direito.

Belo Horizonte, de de 2022.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA
WALTER FERREIRA DA SILVA JUNIOR



Documento assinado eletronicamente por **Walter Ferreira da Silva Junior**, **Usuário Externo**, em 26/12/2022, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, **Assessora**, em 27/12/2022, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**, Defensora Pública-Geral, em 27/12/2022, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0061194** e o código CRC **7BE2285B**.

9990000001.004816/2022-11

0061194v2

EXTRATO DE CONTRATO

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI. Espécie: Contrato nº 9370963/2022. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição. Valor global: R\$ 53.142,00 (cinquenta e três mil cento e quarenta e dois reais). Dotação Orçamentária: 1441.03.092.726.4150.0001.449040.06.0.10.1, do orçamento em vigor e suas alterações conforme Lei Orçamentária nº 24.013/2021. Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico da DPMG. SIGNATÁRIOS: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Estela Geisa Carvalho de Paula Leite. Belo Horizonte. 27 de dezembro de 2022.

EXTRATO DE CONTRATO

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA. Espécie: Contrato nº 9371011/2022. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição. Valor global: R\$ 157.727,70 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e sete reais e setenta centavos). Dotação Orçamentária: 1441.03.092.726.4150.0001.339040.02.0.10.1, do orçamento em vigor e suas alterações conforme Lei Orçamentária nº 24.013/2021. Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico da DPMG. SIGNATÁRIOS: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Walter Ferreira da Silva Junior. Belo Horizonte. 27 de dezembro de 2022.

EXTRATO DE CONTRATO

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e DUOWARE SOFTWARES LTDA. Espécie: Contrato nº 9371014/2022. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a aquisição de licenças proprietárias de software, em conformidade com as especificações e condições do termo de referência e na proposta da CONTRATADA que passam a integrar este instrumento, independente de transcrição. Valor global: R\$ 53.142,00 (cinquenta e três mil cento e quarenta e dois reais). Dotação Orçamentária: 1441.03.092.726.4150.0001.449040.02.0.10.1, do orçamento em vigor e suas alterações conforme Lei Orçamentária nº 24.013/2021. Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico da DPMG. SIGNATÁRIOS: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Ozilio Campos Simão. Belo Horizonte. 27 de dezembro de 2022.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e MERCADO CEOLIN LTDA. Espécie: Termo de Rescisão amigável do Contrato nº 9177651/2017 de locação de 01 (uma) vaga de garagem para veículo oficial da DPMG na comarca de Barbacena/MG. OBJETO: Encerra-se a vigência do Contrato nº 9177651/2017 no dia 01/08/2022, comprometendo a LOCATÁRIA a quitar proporcionalmente a locação até o dia do encerramento do contrato. SIGNATÁRIOS: Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, pela Locatária, Celeste Mariano Discacciati e José Silva Dias, pela Locadora. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2022.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o Ato de Inexigibilidade de Licitação, no uso da competência delegada pelo Decreto Estadual nº. 43.817 de 15 de junho de 2004, Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 1441003 000163/2022, datado de 27/12/2022, com fulcro no artigo 25, inciso II, e §1º, c/c com o artigo 13, inciso VI ambos da Lei nº 8.666/93, objetivando a contratação da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda para disponibilização de um link IP na base de dados da intranet da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, permitindo acesso sem limitações a todos os usuários do sistema Gerais para consultas à e-books da Editora RT e Fiscosoft, aproximadamente 2000 (duas mil) obras incluindo as edições durante a vigência do contrato terá atualização e inclusão de novos títulos de acordo com a programação do corpo editorial da RT, admitindo não apenas a visualização do conteúdo, mas também a impressão de documentos e